

Marcos Kidricki Iwamoto

**DESIGUALDADE DE CONSUMO E RENDA NO
BRASIL: 1988/1996**

**Curitiba, PR
UFPR/CMDE
2003**

Marcos Kidricki Iwamoto

**DESIGUALDADE DE CONSUMO E RENDA NO
BRASIL: 1988/1996**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em
Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal
do Paraná como requisito parcial á obtenção do título
de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio

Curitiba, PR
Mestrado em Desenvolvimento Econômico
Universidade Federal do Paraná
2003

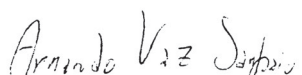
DEDICATÓRIA


Dedico este trabalho à minha família, ao meu pai Paulo, à minha mãe Valéria, à minha irmã Patrícia e à minha tia Heloísa.



91 Ata da sessão pública da argüição da Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico. Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e três, as 14:00 horas, na sala 47 do Setor de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Campus III - Jardim Botânico, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores: **Armando Vaz Sampaio (orientador), Adalmir Antonio Marquetti e Maurício Aguiar Serra**, designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, para argüição da Dissertação de Mestrado apresentada pelo candidato **Marcos Kidricki Iwamoto**, intitulada "**Desigualdade de consumo e renda no Brasil: 1988/1996**". A sessão teve início com a exposição oral do Mestrando sobre o estudo desenvolvido, tendo o Professor **Armando Vaz Sampaio**, na Presidência dos trabalhos, concedido a palavra, em seguida, a cada um dos Examinadores, para realização de suas respectivas argüições. A seguir, o Mestrando apresentou sua defesa. Na seqüência, o Professor Presidente retomou a palavra para as considerações finais. Em seguida, reunida sigilosamente, a Banca Examinadora decidiu-se pela aprovação do candidato atribuindo-lhe as seguintes notas: Professor **Armando Vaz Sampaio (9,2)** Professor **Adalmir Antônio Marquetti (9,2)**, Professor **Mauricio Aguiar Serra (9,2)**, do que resulta a **média (9,2), equivalente ao conceito (A)**. Em seguida, o Senhor Presidente declarou aprovado, o Mestrando **Marcos Kidricki Iwamoto**, que recebeu o título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de concentração **Políticas de Desenvolvimento**. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual eu, Ivone Polo Portela, secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pela Comissão Examinadora. Curitiba, 21 de agosto de 2003.


Ivone Polo Portela (Secretária)


Prof. Armando Vaz Sampaio (Presidente)


Prof. Adalmir Antônio Marquetti


Prof. Maurício Aguiar Serra



AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Armando Vaz Sampaio, pelo incondicional apoio técnico e emocional, ao professor Paulo Jacinto, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Mario Augusto Gouveia, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Agradeço também aos comentários preciosos do professor Rodolfo Hoffmann, da Universidade de Campinas (UNICAMP) e do professor Sérgio Firpo, da Universidade de Berkeley. Agradeço ainda ao pessoal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sempre muito atenciosos como o Ex-presidente Simon Schwartzman e a Diretora de Pesquisas Martha Mayer. A realização desta pesquisa também não seria possível sem a colaboração de Cláudia Kaoru Soares da Ecoprint cartuchos, de Esoani Portes Júnior da Bunge Alimentos, e do mestrando Marco Aurélio Arbex da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

DESIGUALDADE DE CONSUMO E RENDA NO BRASIL: 1988/1996

Marcos Kidricki Iwamoto

RESUMO

Este trabalho investiga a evolução da desigualdade de renda e consumo no Brasil entre os anos de 1988 e 1996 utilizando os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE. O principal objetivo é mostrar que a desigualdade de “consumo” é um indicador útil e possivelmente melhor do que a desigualdade de “renda” entre os indivíduos. Em particular, encontra-se um resultado contraditório com respeito à evolução do bem-estar no período, ao utilizar o enfoque da renda e dos gastos equivalentes totais, o mesmo porém não acontecendo com o conceito de bens não-duráveis. A explicação para este fato reside na elevação substancial da desigualdade no consumo de bens duráveis no período. Além disso, ao decompor a desigualdade de consumo segundo algumas características sócio-demográficas verifica-se que a região geográfica é a única que parece contribuir para o aumento na dispersão do consumo. Por fim, ao comparar nossos resultados com os números da desigualdade de consumo no Mundo, uma triste constatação é a de que o nosso país possuía em 1996 a distribuição mais desigual, como foi amplamente divulgado para o caso da renda.

ABSTRACT

This research examines the trend in income and consumption inequality in Brazil between the years of 1988 and 1996, using microdata from a national household budget survey (POF). The main goal is to show that “consumption” inequality is a useful, and possibly better indicator if compared to “income” inequality. Our results show contrasting results in using both total income and consumption to evaluate the trends in welfare, but the same does not hold with non-durables consumption. This fact is due to the huge increase in inequality of durable goods consumption. We then decompose the consumption inequality by some population characteristics and find that the region is the only one contributing to the increase in the dispersion of consumption. Finally when comparing our results to the rest of the world we see that unfortunately, as what happens to income, our consumption distribution is the most unequal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO DA LITERATURA	5
2.1. Desigualdade de consumo no Brasil e no Mundo	11
3. METODOLOGIA	20
3.1. Base de dados	20
3.2. Escalas de equivalência	22
3.3. Medidas de desigualdade	25
4. ANÁLISE EMPÍRICA	31
4.1. Desigualdade de renda versus consumo no Brasil	31
4.1.1. Desigualdade de renda e consumo de acordo com a região	36
4.1.2. Desigualdade de renda e consumo de acordo com a idade	38
4.1.3. Desigualdade de renda e consumo de acordo com o sexo	39
4.1.4. Desigualdade de renda e consumo de acordo com a instrução	39
4.1.5. Síntese dos resultados	40
4.2. Desigualdade de consumo equivalente por categorias de despesa	42
4.2.1. Desigualdade de consumo equivalente de acordo com a região	45
4.2.2. Desigualdade de consumo equivalente de acordo com a idade	48
4.2.3. Desigualdade de consumo equivalente de acordo com o sexo	50
4.2.4. Desigualdade de consumo equivalente de acordo com a instrução	51
4.2.5. Síntese dos resultados	53
5. CONCLUSÃO	55
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Pesquisas empíricas sobre desigualdade de renda no Brasil.....	6
Quadro 2. Pesquisas empíricas que utilizam informações sobre o consumo.....	12
Quadro 3. Desigualdade de consumo no Mundo.....	14

1. INTRODUÇÃO

Quais são as questões ao se medir a desigualdade entre os indivíduos? O que deve ser medido? Recursos de quem? Qual é o melhor indicador de dispersão dos recursos? Qual é a dimensão das atividades ou das relações humanas que exprime de forma mais adequada o nível do bem-estar das famílias?.

Perguntas como estas há muito tempo interessam os pesquisadores e estudiosos do Desenvolvimento Econômico, em especial aqueles ligados à questão da pobreza e da distribuição de recursos em uma sociedade.

Tradicionalmente, os estudos sobre a desigualdade têm utilizado indicadores do mercado de trabalho, como a renda, o rendimento, ou o salário como base de dados para suas pesquisas, e portanto com “aproximação” para o bem-estar, o mesmo acontecendo para os estudos sobre a pobreza ou privação.

Outras dimensões importantes como o consumo de mercadorias e serviços, ou o acesso á bens públicos, são de difícil mensuração e por razões práticas são deixados de lado na maioria dos estudos empíricos, apesar do fato de indiscutivelmente contribuírem para o bem-estar das famílias.¹

Contudo, várias pesquisas como Cutler e Katz (1992), Johnson e Shipp (1997), Blacklow e Ray (1999), Bouattour e Jallouli (2001) e Crossley e Pendakur (2002), utilizam o consumo ao invés da renda como uma medida alternativa do bem-estar, em virtude de ser aquele um indicador mais robusto da desigualdade permanente de recursos se comparado com a renda.

O principal argumento se baseia no fato de o consumo ser menos suscetível a flutuações de curto prazo do que a renda, dada a “Hipótese da Renda Permanente” de

¹ O termo “bem-estar” é entendido aqui em um sentido amplo, em suas diversas dimensões. Porém ao longo do trabalho esta hipótese será relaxada, ao lançar mão das informações sobre a renda e o consumo das famílias como uma “aproximação” do bem-estar.

Milton Friedman, onde as famílias buscam suavizar seus níveis de consumo de forma a manter-lo constante durante o seu ciclo de vida.

A renda por sua vez é caracterizada pela sua variabilidade ao longo do tempo, o que é resultado de uma sucessão de “choques transitórios”, tanto positivos quanto negativos, e que contribuem para tornar essa variável relativamente “instável” se comparada ao consumo.

Outros problemas como o “Fenômeno da Sub-declaração”, que se explica devido ao receio quanto à cobrança de impostos ou ainda a subestimação dos rendimentos frutos do trabalho informal, também pode interferir nos resultados da desigualdade se medida através da renda dos indivíduos.

Para os países desenvolvidos em geral, evidência tem mostrado que além da tendência comum verificada de aumento da desigualdade de renda, a desigualdade de consumo nestes países permaneceu relativamente estável e em níveis bastante inferiores a de renda.

No Brasil, tanto as pesquisas mais antigas sobre desigualdade de recursos como Langoni (1973), Fishlow (1978) e Hoffmann (1989), quanto as mais recentes como Neri, Considera e Pinto (1999), Ferreira e Litchfield (2000), têm utilizado exclusivamente informações sobre a renda, sendo a única exceção feita a Firpo (2000), que utiliza o consumo de bens não-duráveis como *proxy* para o bem-estar.

Esta predominância do uso da renda sobre o consumo ao que tudo indica, é explicada em grande parte pela infreqüência das pesquisas domiciliares sobre orçamentos e gastos familiares no país, que em termos práticos se resume a três, a saber, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos biênios de 1987/1988 e 1995/1996, e a Pesquisa de Padrões de Vida (PPV), também do IBGE, no biênio de 1996/1997.²

² No biênio de 1974/1975 foi realizado pelo IBGE o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), uma pesquisa domiciliar sobre os padrões de consumo alimentar e o orçamento das famílias. No entanto esta pesquisa não é disponibilizada em CD-ROM, como acontece com a POF e a PPV, o que torna sua manipulação pouco prática.

O nosso objetivo é utilizar a POF dos biênios de 1987/1988 e 1995/1996 para investigar tanto a evolução da desigualdade de renda como a desigualdade de consumo no período, e investigar algumas questões relevantes não abordadas por Firpo (2000), como:

- Existe contradição nos resultados sobre a evolução da desigualdade no Brasil ao se utilizar o enfoque da renda ou dos gastos totais como “aproximação” para o bem-estar dos indivíduos, no período entre 1988 e 1996?
- Qual é o impacto nos resultados de ambas as desigualdades ao se adotarem diferentes especificações de escalas de equivalência *ad hoc*, como a “Escala Internacional” e a “Escala da OCDE” ?
- A desigualdade no consumo equivalente total é mais elevada ou menos elevada, ou mais ou menos estável que a desigualdade na renda total?
- Em que medida as características sócio-demográficas dos chefes de família, como a região demográfica, a idade, ou o sexo, respondem pela evolução das desigualdades?
- Há diferença nos indicadores de desigualdade de consumo, ao dividi-los segundo algumas categorias de despesa, como duráveis, não-duráveis, gastos com alimentos, saúde e educação?

Para responder adequadamente as questões acima, este estudo fornece uma descrição detalhada de dois pontos no tempo, fossilizados por meio da POF, uma ampla pesquisa levada a campo nos biênios de 1987/1988 e 1995/1996, que por conter informações simultâneas sobre renda e consumo das famílias possibilita a comparação da evolução de ambas às desigualdades no período, e para a maioria dos estados brasileiros.

O período a que corresponde às duas pesquisas do IBGE, coincide com a consolidação de mudanças substanciais na composição sócio-demográfica da população brasileira, como o aumento de escolaridade e o maior acesso das mulheres ao mercado de trabalho, e portanto é útil investigar a importância destas características para a evolução de ambas as desigualdades.

Esse trabalho está dividido em cinco partes. Além desta introdução, a seção 2 contém a discussão teórica a respeito do tema, além de uma breve revisão das principais pesquisas sobre desigualdade de renda e consumo no Brasil e em outros países.

A terceira seção, comenta a metodologia da pesquisa, como as características dos dados, as peculiaridades das medidas de desigualdade utilizadas, bem como o conceito de renda e consumo equivalente.

A quarta seção contém a análise empírica da desigualdade no período proposto, e é subdividida em duas partes. A primeira procura investigar a desigualdade de renda e de gasto total segundo algumas características sócio-demográficas do chefe da família, como a região, a idade, o sexo e o nível de instrução.

Na segunda parte, a desigualdade de consumo é explorada mais profundamente, de acordo com as mesmas características, mas separado por categorias de despesa como os bens duráveis e os bens não-duráveis, este último subdividido em gastos com alimentação, e bens e serviços ligados à saúde e a educação.

A última seção conclui a pesquisa, e ao mesmo tempo procura sugerir possíveis ações em termos de políticas públicas, que visem combater o aumento na desigualdade de consumo equivalente verificado no período.

2. REVISÃO DA LITERATURA

O fato de o Brasil ser um dos países mais desiguais do Mundo é bastante conhecido e documentado pela literatura econômica nacional e estrangeira. Essa constatação favoreceu o surgimento de várias pesquisas empíricas sobre as questões distributivas em geral, e desde o debate entre Carlos Langoni e Albert Fishlow na década de 70 muito se produziu sobre este tema no país.³

Neste sentido, quase que a totalidade dos estudos sobre desigualdade são elaborados utilizando-se indicadores do mercado de trabalho, como salário real, renda mensal ou remuneração do trabalho e é justamente no mercado de trabalho onde residem as explicações da maioria dos estudos para a elevada desigualdade existente no Brasil.

A versão de Langoni (1973) para a elevação na desigualdade verificada no início dos anos 70 consistiu na constatação de um aumento desproporcional dos diferenciais de renda, ou dos retornos aos anos adicionais de escolaridade dos trabalhadores a partir do rápido crescimento do produto nos anos do “Milagre Econômico”, o que acabou favorecendo a classe mais privilegiada da sociedade dada a suposição neoclássica de “inelasticidade” da oferta de “capital humano” no curto prazo.

Já para Fishlow (1978) e seus seguidores, a elevação da desigualdade foi resultado das políticas econômicas adotadas no início do período militar, especialmente as políticas de estabilização do período 1964/67, como a compressão do salário mínimo, a prática de repressão à organização sindical e a eliminação de vários subsídios governamentais, o que acabou privilegiando os lucros e as rendas da propriedade privada, em detrimento dos salários, contribuindo para aumentar a distância entre a elite e a classe trabalhadora do país.⁴

³ Na realidade, as primeiras discussões sobre a desigualdade de renda no Brasil tiveram início com Furtado (1968), cuja argumentação se baseou no censo demográfico de 1960, e Hoffmann e Duarte (1972) que utilizam o censo demográfico de 1970, como esclarecido em Hoffmann (2001).

⁴ O debate entre Langoni e Fishlow ficou conhecido na literatura como a “Luta de classes *versus* heterogeneidade dos trabalhadores”. Sobre este debate ver por exemplo, Ramos e Reis (1991) ou Ferreira (2000).

O quadro a seguir sintetiza as principais características destas pesquisas, entre outras:

Quadro 1. Pesquisas empíricas sobre desigualdade de renda no Brasil.

Autores	Variáveis	Base de Dados	Período
Langoni (1973)	Remuneração do trabalho	Censo demográfico de 1960 e 1970	1960 e 1970
Fishlow (1978)	Renda mensal	Censo demográfico de 1960 e 1970	1960 e 1970
Hoffmann (1989)	Renda pessoal disponível	Censo demográfico de 1960 e 1970	1960 e 1970
Bonelli e Sedlacek (1991)	Rendimento de todas as fontes	PNAD	1983 á 1988
Barros e Mendonça (1995)	Renda familiar <i>per capita</i>	PNAD	1977 á 1999
Néri, Considera e Pinto (1999)	Renda familiar <i>per capita</i> e renda proveniente do trabalho	PNAD e PME	1990 á 1997
Ferreira e Litchfield (2000)	Renda familiar bruta mensal <i>per capita</i>	PNAD	1981 á 1995

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os estudos posteriores sobre desigualdade de recurso, como Hoffman (1989), Barros e Mendonça (1995), Neri, Considera e Pinto (1999) e Ferreira e Litchfield (2000), dão continuidade a estas duas linhas de pesquisa e também lançam mão de dados sobre a renda, como a renda pessoal disponível, renda familiar *per capita*, renda proveniente do trabalho e renda familiar bruta mensal *per capita* respectivamente, com o objetivo de mensurar a desigualdade e também a pobreza no Brasil.

Contudo, existe um ponto relativamente pouco explorado na literatura nacional sobre a distribuição de recursos, que é a desigualdade medida através do consumo ou gasto.

Vários autores como Johnson e Shipp (1997), Blacklow e Ray (1999), Barret, Crossley e Worswick (1999), entre outros, concordam que o gasto em consumo é um indicador mais apropriado de bem-estar, uma vez que a “utilidade” dos indivíduos é derivada diretamente do consumo de bens e serviços.

Pendakur (1998) é mais enfático ao afirmar que:

“Dado que a linha de pobreza é freqüentemente avaliada em termos de necessidades mínimas de consumo necessárias para reproduzir-se em um determinado período, parece natural utilizar consumo ao invés da renda com medida métrica de pobreza.” (Pendakur, 1998, p. 2)
[Tradução nossa]

Apesar de nossa pesquisa não contemplar a questão da pobreza como no caso de Pendakur (1998), é justamente nesta questão que tem início a discussão sobre o uso do consumo como medida alternativa de bem-estar com McGregor e Borooah (1992), Cutler e Katz (1992) e posteriormente Slesnick (1994).

Um dos argumentos a ser testado é de que a desigualdade de consumo das famílias é um indicador igualmente útil, ou em uma hipótese mais extrema, teoricamente superior à desigualdade na renda, o que justificaria o emprego desta técnica como um enfoque alternativo ou ainda complementar para acessar a evolução do bem-estar.

A justificativa de Barros, Henriques e Mendonça (2000) para a popularidade do enfoque da renda no Brasil é o papel desempenhado pela educação como determinante dos salários, o que torna direta a aplicação da “Teoria do Capital Humano” que por sua vez é a base teórica do trabalho de Langoni.

Ao nosso ver, a disponibilidade de dados também explica o maior uso da renda dado a relativa infreqüência das pesquisas de orçamentos e gastos, o que em grande parte é explicado pelo seu custo elevado, pois a renda é mais fácil de reportar, além de disponibilizar uma amostra substancialmente maior de observações se comparado ao consumo.

Anualmente o IBGE disponibiliza a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), uma ampla pesquisa sobre a renda e demais características das famílias brasileiras, com uma amostra de aproximadamente 90.000 domicílios que cobre todos os estados brasileiros, além de manter de forma contínua a Pesquisa Mensal do Emprego (PME), que contém uma amostra de aproximadamente 37.200 domicílios.⁵

⁵ A PNAD não é realizada nos anos censitários.

As pesquisas sobre gastos ou consumo no Brasil, como a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) e Pesquisa dos Padrões de Vida (PPV), ambas do IBGE, são menos freqüentes. A POF é levada a campo em média a cada cinco anos, contando com uma amostra de aproximadamente 16.000 famílias residentes em onze regiões metropolitanas, e a PPV de realização esporádica com uma amostra de cerca de 4.800 domicílios.⁶

Existem vários problemas com o uso de variáveis do mercado de trabalho para acessar o bem-estar dos indivíduos, entre eles, a subdeclaração de renda nas pesquisas domiciliares devido ao receio quanto á cobrança de impostos, e a subestimação dos rendimentos fruto do trabalho e da economia informal. (Sabelhaus e Schneider, 1997)

A subdeclaração dos rendimentos, como enfatizaram Ferreira e Litchfield (2000), é um problema em todos os países, não existindo uma solução direta para este fenômeno estatístico.

Ao comparar a renda media entre os estados da federação obtidos a partir do censo demográfico de 1980 e o produto doméstico *per capita* do período correspondente, Hoffmann (1988) encontra evidências de uma subdeclaração crescente para os estados mais ricos, o que segundo o autor contribuiria para a subestimação da desigualdade existente entre os indivíduos.

Quanto à subestimação da renda proveniente do trabalho informal, este poderia contribuir para uma superestimação da desigualdade de recursos, pois em alguns países, como o Brasil, o mercado de trabalho informal chega a responder por 50% da mão-de-obra empregada.⁷

Além disso, a renda não reflete as transferências em espécie, que podem ser importantes para os mais pobres, como verificou Slesnick (1996), tampouco reflete a produção domestica de bens e serviços das famílias, e também falha em lidar com atividades ilegais como o furto, o tráfico de entorpecentes ou a corrupção, que não são fenômenos raros, sobretudo em países em desenvolvimento.

⁶ A PPV foi levada a campo somente no biênio de 1996/1997.

⁷ Pesquisa Mensal do emprego (PME), Janeiro de 2003.

Por fim, ao escolher a renda, podemos estar agregando outros elementos a nossa análise, como a questão dos choques transitórios.

Essa idéia se baseia no fato de o consumo ser menos suscetível a flutuações de curto prazo, dado que as famílias suavizam o consumo durante o seu ciclo de vida. Mais especificamente, isso é consequência da “Hipótese da Renda Permanente” de Friedman (1957), segundo a qual a mudança no padrão de consumo ao longo do tempo é resultado de variações não esperadas na renda de longo prazo ou permanente, sendo que as alterações transitórias na renda têm pouco efeito sobre o consumo presente.

Assim, se o mercado de crédito for perfeito todos os agentes procurarão suavizar seu consumo e a desigualdade de consumo será constante ao longo do tempo, mas se o mercado de crédito for imperfeito a desigualdade de consumo poderá não ser constante. Além disso, se todas as famílias e indivíduos se deparassem com taxas de imposto e poupança idênticas, a desigualdade na renda e o consumo seriam perfeitamente correlacionados. (Sabelhaus e Schneider, 1997)

É nesse ponto que se encontram as divergências entre a clássica “Hipótese da Renda Permanente” e a denominada “Teoria da Restrição de Crédito”, que postula um Mundo real distinto da concepção ideal de Friedman (1957) ao forjar a existência de um mercado de crédito “imperfeito” e “incompleto”. Nestas condições, o nível de renda e o consumo não mais necessariamente seriam constantes ou correlacionados.

E finalmente também se espera que o consumo seja menos desigual, dado que as pessoas mais ricas não gastam toda sua renda, e que as pessoas menos favorecidas gastam, em geral, mais que a sua renda, como por exemplo por intermédio de auxílios e subsídios governamentais, sacando poupanças passadas ou ainda endividando-se no mercado de crédito.

Uma linha alternativa de argumentação a favor da desigualdade de consumo pode ser apresentada a partir do esquema proposto por Crossley e Pendakur (2002), como mostrado no diagrama a seguir:

Diagrama 1. Hierarquia do bem-estar e seus indicadores.

SALARIOS ⇒ RENDIMENTOS ⇒ RENDA ⇒ CONSUMO ⇒ BEM - ESTAR

Fonte: Crossley e Pendakur (2002).

A intenção dos autores ao elaborar esse esquema é mostrar a hierarquia ou as etapas a serem percorridas com o objetivo de acessar o bem-estar dos indivíduos em suas diferentes dimensões.

Segundo eles o determinante, ou a ligação entre os salários e os rendimentos é dado pela resposta das empresas a oferta de mão-de-obra dos trabalhadores. Com efeito, ao utilizar os salários como *proxy* para o bem-estar, os pesquisadores incorporariam em sua análise as flutuações relativas à situação de escassez ou abundância no mercado de trabalho.

A ligação entre rendimentos e a renda por sua vez, é determinada pelas decisões de poupança passadas, da estrutura tributária, e da inflação. Assim, ao utilizar por exemplo o rendimento pós-impostos, ou o rendimento real ao longo do tempo, o pesquisador embutiria em sua análise questões como variações na carga tributária e mudança de patamares inflacionários.

Já a ligação entre a renda e o consumo é resultado das decisões de poupança e empréstimos das famílias, determinados pelas necessidades passadas e futuras e das condições de acesso ao mercado de crédito. Ou seja, o que vai determinar em última instância as decisões de consumo são os níveis históricos das taxas de juros, bem como a etapa em que o indivíduo se encontra em seu ciclo de vida.

A conexão entre o consumo e o bem-estar é condicionada pelo que os próprios autores denominam de “caixa preta”, tratando-se de um assunto para a psicologia, a antropologia, e as demais ciências do comportamento humano, e por isso estaria fora do alcance dos economistas ou dos cientistas sociais em geral.

antropologia, e as demais ciências do comportamento humano, e por isso estaria fora do alcance dos economistas ou dos cientistas sociais em geral.

No contexto da literatura nacional, ao nosso ver, a primeira dimensão entre os salários e os rendimentos é a explorada por Langoni, ao utilizar o rendimento do trabalho como a variável de estudo, como exposto no quadro 1, na medida em que em conjunto com os salários, este seria o principal indicador das condições de oferta e demanda por qualificação no mercado de trabalho.

Por outro lado, a pesquisa de Fishlow, que utiliza a renda mensal, contextualiza-se corretamente na segunda dimensão, entre os rendimentos e a renda efetivamente recebida, uma vez que a política econômica imposta ao país na oportunidade possa ser vista em parte, como uma manipulação artificial da renda real dos trabalhadores.

Ainda de acordo com o esquema proposto é possível verificar que as pesquisas que utilizam o consumo se localizam em uma dimensão mais próxima ao bem-estar, e que a conexão entre a dimensão da renda e do consumo é condicionada pelo funcionamento do mercado de crédito, ou por decisões passadas e presentes sobre poupança, como demonstrado por Crossley e Pendakur (2002).

2.1. DESIGUALDADE DE CONSUMO NO BRASIL E NO MUNDO

Os motivos acima expostos, são suficientes para argumentar que a desigualdade entre os indivíduos medido através do consumo ou do gasto, pode e provavelmente será, distinta da desigualdade de renda em um determinado instante no tempo, e que o bem-estar das famílias dependerá em última instância do consumo de bens e serviços.

A literatura empírica internacional não demorou a perceber esta lacuna, e em um curto espaço de tempo várias pesquisas foram levadas a campo. O quadro a seguir, apresenta alguns dos principais estudos que utilizam informações sobre o consumo para acessar o bem-estar.

Quadro 2. Pesquisas empíricas que utilizam informações sobre o consumo.

País	Autor/Data
E.U.A	Mcgregor e Borooh (1992)
E.U.A	Cutler e Katz (1992)
E.U.A	Slesnick (1994)
Canadá	Sabelhaus e Schneider (1995)
E.U.A	Wang (1995)
República Tcheca e Eslovaca	Garner (1995)
E.U.A	Johnson e Shipp (1997)
Canadá	Pendakur (1998)
Austrália	Blacklow e Ray (1999)
Irlanda	O'Neill e Sweetman (1999)
Coréia do Sul	Cheong (1999)
Austrália	Barret, Crossley e Worswick (1999)
Rússia	Jovanovic (2000)
Brasil	Firpo (2000)
Indonésia	Asra (2000)
Tunísia	Bouattour e Jallouli (2001)
E.U.A	Krueger e Perri (2001)
E.U.A	Meyer e Sullivan (2002)
E.U.A	Sieraminska e Garner (2002)
Austrália	Harding e Greenwall (2002)
Canadá	Crossley e Pendakur (2002)
Hungria	Kapitany e Molnar (2002)
E.U.A e Espanha	Garner, Ruiz Castillo e Sastres (2002)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Alguns autores como Pendakur (1998) e Blacklow e Ray (1999) utilizam os gastos totais como *proxy* para o consumo e já outros como Cutler e Katz (1992), O'Neill e Sweetman (1999) e Barret, Crossley e Worswick (1999) desenvolvem “medidas de consumo” complexas que incluem ajustamentos para renda em espécie ou para o fluxo de consumo de bens duráveis, como os gastos com acomodação ou moradia e com os automóveis.

Nesse sentido, a avaliação do consumo de duráveis por meio de pesquisas de orçamento como a POF apresenta problemas pois utiliza o conceito de “aquisição”, que por sua vez diferencia-se do que a teoria econômica considera como consumo, por não incluir

o fluxo de consumo de serviços gerado pela posse de bens duráveis, levando em conta somente a sua compra ou aquisição pelo domicílio.⁸

Essa dificuldade metodológica pode ser não-desprezível sobretudo no caso dos bens imóveis, uma vez que os mais pobres em geral são os proprietários de sua casa ou moradia, e portanto desfrutam de um fluxo de consumo que não é diretamente computado pela POF, que poderá ter o efeito de superestimar a desigualdade.

Entretanto, apesar do tratamento superficial no caso do consumo de imóveis e veículos, espera-se que o valor pago por intermédio de aluguéis, serviços de financiamento, e manutenção dos bens, somados aos gastos com os demais itens de duráveis represente uma aproximação, ainda que imperfeita, da desigualdade no consumo existente nesta categoria de despesa.

Além disso, ao ignorar o nível da dispersão no consumo de bens duráveis e concentrar-se somente na sua variação no período, a aproximação feita por intermédio destas observações pode ser relevante para os objetivos desta pesquisa.

Outro problema é que o consumo de bens duráveis é bastante volátil e suas compras são concentradas em períodos favoráveis, como no caso dos eletrodomésticos e aparelhos eletro-eletrônicos. Por esses motivos é conveniente separar o consumo entre bens não-duráveis e duráveis, ou lançar mão de ajustamentos, sob pena de superestimar a verdadeira desigualdade.⁹

O quadro a seguir contém alguns números sobre a desigualdade de consumo em alguns países selecionados.¹⁰

⁸ Assim, ao não incluir este ajustamento a nossa medida se assemelha mais ao conceito de gasto, sendo este visto aqui apenas como uma *proxy* para o verdadeiro consumo.

⁹ Esta pesquisa, em uma etapa posterior separa a desigualdade de consumo entre os bens duráveis e os não-duráveis, porém ignora o ajustamento para os bens duráveis e tampouco inclui a renda ou transferências em espécie e a produção doméstica.

¹⁰ Existem algumas limitações ao comparar diretamente a maioria destas pesquisas empíricas, pois são usadas diferentes medidas de consumo (gasto total, gasto de bens não-duráveis, ajustamentos para fluxos de consumo de bens duráveis e gastos em espécie), além de adotar-se muitas vezes distintas escalas de equivalência como a “Escala Internacional”, a “Escala da OCDE,” e as denominadas “Escalas Empíricas”.

Quadro 3. Desigualdade de consumo no Mundo.

País	Ano	Gini	Theil	Fonte
Austrália	1994	0.294	0.154	Blacklow e Ray (1999)
Brasil	1996	0.570	0.724	Calculado pelo autor
Canadá	1996	0.176	-	Crossley e Pendakur (2002)
Coréia do Sul	1996	0.339	-	Cheong (1999)
Espanha	1991	-	0.244	Garner, Ruiz Castillo e Sastres (2002)
E.U.A	1988	0.344	-	Cutler e Katz (1992)
Hungria	1996	0.283	-	Kapitany e Molnar (2002)
Indonésia	1996	0.360	-	Asra (2000)
Irlanda	1994	0.310	-	O'Neill e Sweetman (1999)
Tunísia	1990	0.374	-	Bouattour e Jallouli (2001)
República Tcheca	1992	0.190	-	Garner (1995)
República Eslovaca	1992	0.197	-	Garner (1995)
Rússia	1996	0.470	-	Jovanovic (2000)

Fonte: Elaborado pelo autor.

A evidência tem mostrado que para os países desenvolvidos em geral, o consumo é mais igualmente distribuído do que a renda, mas também que as conexões entre as mudanças na desigualdade de renda e de consumo são específicas para cada país.

Em alguns momentos o consumo pode ser mais desigual que a renda e outras vezes o contrário, o que irá depender em grande parte, do acesso á mecanismos de crédito e das decisões individuais sobre poupança presente e passadas.

No caso da Austrália por exemplo, Barret, Crossley e Worswick (1999) mostram que a desigualdade na renda é bem maior que nos gastos e que grande parte da desigualdade verificada na renda é transitória, suavizada com facilidade pelos indivíduos em termos de consumo, sendo o resultado robusto a diferentes escalas de equivalência.

Na maioria dos casos este mesmo resultado é válido para os países desenvolvidos, como os Estados Unidos e o Canadá, o que é compatível com a “Hipótese da Renda Permanente” de Friedman.

Por outro lado, estudando o caso da República Tcheca e Eslovaca, Garner (1995) conclui que o consumo total foi levemente mais desigual que a renda entre 1989 e 1992 em ambos os países.

Similarmente, utilizando os dados da Hungria, Kapitany e Molnar (2002) afirmam que a desigualdade de consumo a partir de 1996 é sempre superior à desigualdade de renda, devido aumento temporário da desigualdade de consumo com alimentos, tabaco, álcool e construção civil.

No que diz respeito á evolução das desigualdades, os resultados também são contraditórios, por exemplo a de consumo cresceu mais lentamente do que a de renda em alguns casos como a Austrália, e nos Estados Unidos a desigualdade de consumo é que cresceu mais rapidamente. Na Coréia do Sul verificou-se um aumento da desigualdade de renda, enquanto a de consumo não mostrou uma tendência aparente.

Como mencionado, as informações sobre o consumo também são usadas de forma alternativa para se medir o grau e a intensidade da pobreza. McGregor e Borooh (1992) confirmam diferenças consideráveis nos indicadores de pobreza ao aplicar consumo para os Estado Unidos. Quase simultaneamente, Cutler e Katz (1992) descobrem que a renda corrente superestima a pobreza e que o padrão de pobreza muda ao se utilizar consumo ao invés da renda.

No entanto, problemas com os dados de consumo também existem, como os efeitos das alterações no método de mensuração do padrão de consumo ao longo do tempo, ou na definição dos itens da cesta de consumo existentes nas pesquisas. As pesquisas sobre consumo também tendem a subestimar os gastos com determinados produtos, como álcool, cigarros e substâncias ilícitas.

Outra restrição, essa de ordem mais subjetiva porém não menos importante é que supondo dois indivíduos consumam exatamente o mesmo e na mesma quantidade, ainda assim é difícil afirmar que os dois desfrutem do mesmo nível de bem-estar, dado as diferenças de suas necessidades e suas preferências.

No que diz respeito às categorias de despesas ao utilizar desigualdade de consumo, os pesquisadores tem encontrado evidências de uma maior desigualdade entre os bens não relacionados à satisfação das necessidades básicas, como os bens duráveis e os bens e serviços ligados á educação, e uma menor desigualdade é encontrada no consumo de bens essenciais, como os alimentos, ou em outras palavras, na maioria dos estudos empíricos a desigualdade tende a ser maior nos itens com uma maior elasticidade-renda.

Harding e Greenwell (2002) destacam que na Austrália a desigualdade no consumo total incluindo os bens duráveis e de capital é maior do que a de renda, mas não a desigualdade de consumo de não-duráveis. Para a Tunísia, Bouattour e Jallouli (2001) afirmam que a desigualdade nos gastos com alimentação é menor que a desigualdade total.

Pouca atenção tem sido dispensada a desigualdade de consumo no Brasil, exceto por Firpo (2000), pois segundo o autor “*as medidas de desigualdade de consumo revelam quão permanentemente desigual é a distribuição dos recursos disponíveis às famílias*” (Firpo, 2000, p. 50).

Utilizando a mesma base de dados, Firpo (2000) divide as observações em coortes de acordo com o ano de nascimento e com o nível de instrução do chefe da família, e lança mão do consumo de bens não-duráveis e da renda do trabalho com o objetivo de investigar a compatibilidade dos dados com a “Teoria de Renda Permanente” e a validade da “Teoria da Restrição de Crédito”.

Firpo (2000) conclui que o consumo de não-duráveis ficou mais disperso para a maior parte das coortes no período, o que segundo o autor é compatível com a “Teoria da Renda Permanente”, e verifica o aumento da desigualdade de consumo para famílias de determinadas coortes, o que também é compatível com a “Teoria da Restrição de Crédito”.

Para coortes mais jovens e com mais capital humano as desigualdades de consumo e de renda tendem a ser mais independentes, ou seja, o aumento na desigualdade de renda não tende a ser acompanhado de uma variação na desigualdade de consumo.

Além disso, para ambos os períodos e em todos as coortes, exceto a coorte mais velha em 96, o nível de desigualdade da renda do trabalho per capita medido pelo índice de Theil é sempre maior que a desigualdade de consumo de bens não-duráveis.

A conclusão de Firpo (2000) é de que não é possível argumentar em favor de nenhuma das teorias propostas, pois tanto a “Teoria da Renda Permanente” como a “Teoria da Restrição de Crédito” explicam parte dos resultados.

A contribuição do nosso trabalho consiste em revisitar a base de dados utilizada por Firpo (2000) porém admitindo-se “economias de escala” no interior dos domicílios, a partir do uso de “escalas de equivalência”. Além disso, algumas características adicionais são investigadas, como o sexo do chefe e a origem geográfica da família.

Outra ferramenta freqüentemente utilizada nos estudos distributivos é a denominada “Análise Decomposicional”, que pode ajudar a responder as questões sobre a estrutura e dinâmica da desigualdade, bem como as causas do aumento ou da redução na dispersão dos recursos.

Por exemplo, argumentou-se anteriormente que o aumento nos retornos a educação resultou no aumento da desigualdade de renda no Brasil, na medida que aqueles privilegiados melhoraram sua situação frente aos demais. Dessa forma, ao se dividir a população pelo nível de escolaridade, o efeito da variação nos salários entre os trabalhadores seria capturado por um aumento na desigualdade entre os grupos educacionais.

Este aumento da desigualdade entre os grupos foi o principal resultado encontrado por Langoni (1973), e que o levou a defender a idéia de heterogeneidade educacional dos trabalhadores como explicação do aumento na desigualdade de renda no Brasil.

Fishlow (1978) utilizando a mesma base de dados decompõe a desigualdade segundo algumas características populacionais adicionais, como idade e sexo, e conclui

que estes também são importantes para explicar o aumento da desigualdade, e não somente o nível de instrução dos chefes de família, como argumentado por Langoni (1973).

Os resultados da análise decomposicional podem ser úteis, principalmente se levar em conta sua aplicação direta em termos de elaboração de políticas públicas que tenham como objetivo combater o aumento da desigualdade.

Assim, ao se dividir a população por subgrupos educacionais, se a parte responsável pelo aumento na dispersão for o componente entre-grupos, as políticas “globais” que tratam todos estes membros igualmente e não atingem os alvos ou grupos específicos, fará pouco para conter o aumento da desigualdade.

Neste caso, o mais indicado é a política voltada para grupos específicos, como os menos instruídos por exemplo. Ao contrário, se o componente intra-grupos for fator determinante do aumento, a política mais recomendada é a política “global”, sem o objetivo de atingir grupos específicos da população.

Aproveitando o exemplo anterior, uma política global poderia ser pensada como um corte indiscriminado de impostos sobre a compra de materiais didáticos para toda a população, e já uma política específica aconteceria caso o governo resolvesse conceder bolsas de estudo para um determinado grupo da população, ou ainda cortar os impostos de maneira seletiva de maneira a favorecer determinado “público alvo”.

A nossa idéia é aplicar essa metodologia para o caso da desigualdade de consumo no Brasil, com o propósito de explicar a sua evolução no período. Algumas tentativas no sentido de decompor a desigualdade de consumo foram as efetuadas por Johnson e Shipp (1997), Blacklow e Ray (1999) e O’Neill e Sweetman (1999).

Johnson e Shipp (1997) por exemplo, decompõem a desigualdade de consumo por características demográficas dos chefes familiares, como o nível educacional, e tipo de família (casado, solteiro, com filhos, ou sem filhos) e concluem que a maior parte da desigualdade, cerca de 90%, é devido à desigualdade no interior dos grupos.

Similarmente, de acordo com Blacklow e Ray (1999) a desigualdade intra-grupos é maior que o componente entre-grupos, ao se dividir as observações de acordo com o tipo da família.

O'Neill e Sweetman (1999) encontraram que a desigualdade entre-grupos responde por aproximadamente um terço da desigualdade total, ao separar por características como estado civil, educação, situação profissional (empregado ou desempregado).

Na próxima seção, que contém a metodologia da pesquisa, abordaremos com mais profundidade essa questão da decomposição ao tratar dos indicadores da desigualdade, além de considerar outras questões também pertinentes ao estudo, como as características da base de dados utilizada e o conceito de escala de equivalência.

3. METODOLOGIA

Como veremos, a mensuração de desigualdade de renda ou consumo requer três escolhas importantes, a saber, uma base de dados representativa da população, uma escala de equivalência e uma medida de desigualdade de recursos. Nas subseções a seguir, será discutida separadamente cada uma destas questões.

3.1. BASE DE DADOS

Em geral, argumenta-se que a confiabilidade e a representatividade dos dados são o principal requisito para estudos bem elaborados de distribuição de renda e de consumo.

No contexto da presente pesquisa, os microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são a base de dados mais apropriada para atingir os nossos objetivos, como já explicitados na introdução, por possuir informações simultâneas sobre o consumo e a renda das famílias e para uma amostra de aproximadamente 16.000 domicílios brasileiros.

A POF é uma pesquisa domiciliar por amostragem, levada a campo no país nos biênios 1987/1988 e 1995/1996 ¹¹, tratando-se de uma pesquisa eventual cujo objetivo principal é sua utilização na atualização periódica das estruturas de ponderações dos índices de preços ao consumidor, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice de Preços ao Consumidor no Atacado (IPCA).

A pesquisa contém informações sobre as características dos domicílios e de seus moradores, além de seus respectivos orçamentos, como as suas despesas e os seus recebimentos, o que permite analisar as estruturas dos gastos, de receita e de poupança.

¹¹ A POF foi realizada de março de 1987 a fevereiro de 1998 e de outubro de 1995 a setembro de 1996.

O levantamento tem uma duração total de doze meses e contempla todas as épocas do ano, de forma que os resultados refletem um padrão médio anual permitindo a eliminação dos efeitos sazonais provocados por datas especiais, como o Natal, o Carnaval, a Páscoa, ou ainda as estações do ano.

As informações são coletadas por meio de questionários individuais e coletivos e os temas variam desde a composição etária e grau de instrução, características dos domicílios, tais como o sexo, a relação com o chefe, até a despesa e o recebimento familiar e individual.

Para a coleta de informações referente às despesas, utilizou-se um instrumento de coleta denominado “Caderneta de Despesa Coletiva”, que fornece uma descrição detalhada de cada produto, quantidade adquirida e o valor pago, sendo estes valores deflacionados para o período de referência das pesquisas (15 de fevereiro de 1998 e 15 de setembro de 1996).

Sua abrangência geográfica compreende os domicílios particulares e permanentes localizados no perímetro urbano de onze regiões metropolitanas, como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além do Distrito Federal e o município de Goiânia, que em conjunto representam cerca de 37,69% da população urbana do país.

Na POF de 1995/96 foram entrevistados 19.816 domicílios brasileiros, que variou entre 1.117 e 2.398 domicílios para cada região metropolitana, de acordo com a participação de cada uma dessas regiões na estratificação por renda do chefe da família.

O plano amostral adotado pela pesquisa utiliza um desenho com dois estágios de seleção, sendo que no primeiro estágio há a estratificação geográfica e por renda do chefe com base nos censos populacionais de 1980 e 1991, onde são selecionados os setores de cada região metropolitana e em um segundo estágio os domicílios dentro destes estratos são selecionados sem reposição e com equiprobabilidade.

O indicador de renda das famílias escolhido para calcular a desigualdade foi o recebimento de todas as fontes, do trabalho, das transferências e de aluguel, ou dos ganhos

em aplicações de capital. Já o gasto é medido através das despesas monetárias efetuadas pelas famílias, que abrange os gastos em dinheiro, cartão de crédito e cheques pré-datados.

Com o objetivo de separar a desigualdade nos gastos segundo as categorias de despesa, os questionários foram desagregados entre bens duráveis e bens não-duráveis, este subdividido em gastos com alimentação, e com itens ligados à saúde e à educação, a partir do código existente nas observações de consumo dos domicílios.

Os gastos com bens duráveis nesta pesquisa, compreendem aquisições a vista ou a crédito de imóveis, automóveis, bens eletro-eletrônicos, eletromecânicos e eletrodomésticos, entre outros. O consumo de não-duráveis foi obtido mediante a exclusão dos bens duráveis acima citados.

A despesa com saúde inclui por exemplo itens e serviços como, remédios, consultas médicas, planos de saúde, hospitalização, tratamentos dentários, etc. Quanto aos gastos com educação, estes compreendem produtos e serviços como mensalidades e material escolar, cursos regulares, cursos esporádicos, livros e revistas, etc.

3.2. ESCALAS DE EQUIVALÊNCIA

O uso de escalas de equivalência é bastante difundido na literatura mundial sobre desigualdade de renda ou consumo, porém é um assunto pouco explorado nas pesquisas nacionais sobre o tema. A idéia básica desta técnica é corrigir o tamanho das famílias, com o objetivo de considerar sua composição, e assim admitir economias de escala no interior dos domicílios.

Por exemplo, uma unidade familiar composta de apenas duas pessoas, vivendo com uma renda de R\$ 800, está claramente em situação mais favorável que uma com quatro pessoas vivendo com o mesmo valor.

Se não for adotado nenhum tipo de ajustamento, a desigualdade existente entre ~~os~~ indivíduos das famílias é zero, o que claramente não é verdadeiro. Uma solução

simples, e freqüentemente utilizada, é dividir a renda ou o consumo total familiar pelo número de membros na família, obtendo assim uma medida *per capita*.

Contudo, argumenta-se que a medida *per capita* superestima o custo de um adulto ou uma criança adicional para a família e conseqüentemente a desigualdade, pois se existirem economias de escala no domicílio, o custo marginal de um membro adicional não é constante mas decrescente.

Nesse sentido, é fácil verificar que uma família composta de quatro pessoas vivendo com R\$ 800 está em melhor situação do que uma família com somente uma pessoa vivendo com R\$ 200, devido à existência de economias de escala no consumo.

Ao invés de dividir o consumo ou renda total da família pelo número de moradores, divide-se os mesmos pelo tamanho equivalente, obtendo-se assim a renda ou o consumo equivalente.

Uma escala de equivalência comumente utilizada em estudos empíricos é a “Escala Internacional”, onde o consumo equivalente é dado pela raiz quadrada do número de moradores, como mostrado na identidade (1) abaixo:

$$\text{Tamanho equivalente} = \sqrt{\text{Número de moradores}} \quad (1)$$

A Escala Internacional é amplamente utilizada na literatura estrangeira, como por exemplo, Barret e Crossley (1999), Sieraminska e Garner (2002) e Harding e Greenwall (2002).

Outra escala bastante usada é a “Escala da OCDE” onde o tamanho equivalente da família é ponderado de acordo com o número de crianças e adultos no domicílio, de acordo com a seguinte expressão:

$$\text{Tamanho equivalente} = 1 + 0.7 (\text{demais adultos}) + 0.4 (\text{crianças}) \quad (2)$$

Os pesos utilizados para ponderar o número de adultos e crianças neste caso são muitas vezes estimados empiricamente, como Crossley e Pendakur (2002).

Contudo, nossa opção foi adotar a ponderação recomendada pela OCDE de 1 para o primeiro adulto, 0.7 para os adultos adicionais e 0.4 para as crianças, como mostrado na expressão (2), que também é bastante utilizado como por exemplo em O'Neill e Sweetman (1999) e Blacklow e Ray (1999).

É possível perceber que a Escala Internacional é mais sensível às economias de escala existente nos domicílios, se comparado com a Escala da OCDE. Assim, de acordo com a Escala Internacional, uma família de quatro moradores precisa gastar apenas duas vezes mais do que uma família composta por apenas um indivíduo para estar tão bem quanto este último.

Já a Escala da OCDE, supondo-se os mesmo quatro moradores adultos, estes precisariam gastar 3,1 vezes mais, e se a composição da família é de dois adultos e duas crianças estes precisariam gastar apenas 2,5 vezes mais.

Em resumo, ao considerar a composição dos domicílios o nosso objeto de interesse é deslocado para a desigualdade entre indivíduos embora nossos dados sejam de consumo da família, como é caso da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Na seção 4.1 usaremos ambas as medidas de equivalência propostas acima, além da medida *per capita*, para estudar a desigualdade existente na renda e no consumo. A seção 4.2 porém, adota a Escala Internacional como medida exclusiva de equivalência, com o objetivo de aprofundar o estudo da desigualdade de consumo nos biênios de 1987/1988 e 1995/1996.

3.3. MEDIDAS DE DESIGUALDADE

Conceitualmente a desigualdade é uma medida de dispersão, tanto na posse quanto no fluxo de recursos, como o a renda ou o consumo, e com isso tem por objetivo representar em um único índice a distribuição da riqueza entre os indivíduos.

Dessa forma, indicadores puramente estatísticos como a Variância, Variância dos Logaritmos ou o Coeficiente de Variação, são exemplos de medidas de dispersão ou desigualdade.¹²

Outro indicador bastante comum é a Fração de Quantís da amostra, como a razão entre os 90% mais ricos e os 10% mais pobres, ou entre os 25% mais ricos e os 75% mais pobres. A razão entre os quantís da amostra é um indicador direto e de fácil interpretação, insensível à presença de *outliers* na amostra, porém não considera as distribuições ocorridas nas demais partes da população.

O maior problema dos indicadores puramente estatísticos é não satisfazer alguns pressupostos ou axiomas desejáveis ao se medir a desigualdade, como mostrados abaixo:

- **Princípio de Transferência de Pigou-Dalton:** Segundo este princípio, a transferência de recursos do mais rico para mais pobre, ou seja, a transferência regressiva deve aumentar a desigualdade.
- **Princípio de Independência Escalar:** A medida de desigualdade deve ser invariante a mudanças proporcionais uniformes na amostra, como por exemplo, ao multiplicar todas as observações por um número inteiro.

¹² É importante salientar entretanto, que o conceito de “desigualdade” e “dispersão” nos recursos não são exatamente os mesmos, pois alguns indicadores de desigualdade se assemelham mais à noção de “dispersão relativa”. A Variância por exemplo é uma medida de dispersão e já a Variância dos Logaritmos é uma medida de desigualdade. Contudo, no restante deste trabalho os conceitos de desigualdade e dispersão serão usados como sinônimos.

- **Princípio da População:** O indicador de desigualdade deve ser invariante a replicação da população, ou seja, fundindo-se duas populações com distribuições idênticas a desigualdade não deve ser alterada.
- **Princípio do Anonimato:** De acordo com este princípio, a ordem da distribuição em uma amostra, deve ser independente das demais características do indivíduo, identificável somente por meio da renda ou do consumo.
- **Princípio da Decomposição:** Alguns indicadores são aditivamente “decomponíveis”, e com isso possibilitam a divisão da desigualdade entre os grupos da população, sendo a desigualdade total uma soma ponderada da desigualdade intra e entre-grupos.

A Variância e a Variância dos Logaritmos não devem ser utilizadas se a obediência ao Critério de Pigou-Dalton e Independência Escalar são considerados importantes.

O Coeficiente de Gini satisfaz todos os axiomas acima, exceto o da decomposição, e é baseado na Curva de Lorenz (gráfico da distribuição cumulativa da distribuição de recursos entre os indivíduos).

Em termos estatísticos, o Gini pode ser interpretado como o hiato esperado na renda entre dois indivíduos escolhidos aleatoriamente da amostra.¹³ Algebricamente, o Gini é metade da média dos valores absolutos das diferenças entre todos os pares de renda relativos a renda média:

$$Gini = \frac{1}{2n^2 y} \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n |y_i - y_j| \quad (3)$$

¹³ Mais especificamente, o Gini é a área entre a curva de Lorenz e a linha de 45 graus de equidade perfeita.

Onde n são os indivíduos, y é a renda ou consumo equivalente, e \bar{y} a renda ou o consumo equivalente médio. O índice de Gini varia de 0 no caso extremo de equidade perfeita, até 1 para o caso de concentração total, sendo este índice mais sensível á alterações no meio da distribuição, mais precisamente na “moda”.

Alternativamente, o coeficiente de Gini pode ser calculado como:

$$Gini = 1 + \left[\frac{1}{n} \right] - \left[\frac{2}{n^2 \bar{y}} \right] (y_1 + 2y_2 + \dots + ny_n) \quad (4)$$

Onde $y_1 \geq y_2 \geq y_n$.

Essa formulação do Gini requer que os dados estejam dispostos em ordem crescente porém sua computação é significativamente mais fácil.

O problema com Coeficiente de Gini e também com o Coeficiente de Variação é que estes não satisfazem o princípio de sensibilidade decrescente á transferência de renda, ou “Princípio Forte de Transferência”, que atribui uma maior sensibilidade do índice a mudanças no extremo inferior da distribuição.

Cowell (1999) demonstra que os índices que satisfazem todas os princípios acima citados pertencem ao grupo de medidas de desigualdade denominadas de “Entropia Generalizada”, como o índice de Desvio Relativo Médio e o índice de Theil.

O índice de Desvio Relativo Médio satisfaz o princípio forte de transferência e pode ser interpretado como a porcentagem média de transferência da renda daqueles acima da média para aqueles abaixo da media de forma a atingir a perfeita igualdade e é dado por:

$$Desvio\ médio = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln \left[\frac{\mu}{y_i} \right] = \ln \left[\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n y_i \right] - \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \ln (y_i) \quad (5)$$

O índice de Theil por sua vez é dado por:

$$Theil = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n \frac{y_i}{\mu} \ln \left(\frac{y_i}{\mu} \right) \quad (6)$$

Ambas as medidas são zero para equidade perfeita, porém se diferem em relação à sensibilidade em diferentes partes da distribuição.

O Desvio Relativo Médio é mais sensível a mudanças na parte inferior da distribuição, e já o índice de Theil é mais sensível à transferências ocorridas no topo da distribuição. No caso extremo de concentração total, o Desvio Relativo Médio tende ao infinito, enquanto o índice de Theil tende a $n \ln(n)$.

Uma vantagem adicional dos indicadores (5) e (6) acima é que estes são “aditivamente decomponíveis”, o que os transforma em indicadores particularmente atraentes para análises de desigualdade de renda com base em características populacionais como a localização geográfica, o gênero e a idade.

A idéia é separar a desigualdade total na distribuição em um componente que represente a dispersão no interior dos grupos, e outro que avalie a diferença entre os mesmos grupos.

A decomposição do índice de Theil é dada por:

$$Theil = Entregrupos + Intragrupos = \sum_a^b s_j \ln \left(\frac{n}{n_j} s_j \right) + \sum_{j=1}^J s_j \sum_{i=1}^n s_i^j \ln \left(n_j s_i^j \right) \quad (7)$$

Onde s_j é a fração da renda ou consumo total desfrutada pelo subgrupo j , s_i^j é a fração da renda ou consumo do grupo desfrutado pelo indivíduo i , e n_j é o número de pessoas no grupo j .

De acordo com Johnson e Shipp (1997) a “parte entre-grupos” ou “componente entre-grupos” dá a noção de quanto os indivíduos médios em cada um dos grupo diferem um do outro e já a parte intra-grupos nos dizem quanto os indivíduos de um mesmo grupo se diferem.

Alternativamente, a desigualdade entre-grupos pode ser vista como a dispersão que restaria caso todos possuísem os recursos médios do grupo.

De forma simples, ao dividir a amostra por subgrupos de acordo com determinada característica, se o componente entre-grupos da desigualdade aumentar, é sinal que a distância entre esses grupos é maior no período, como consequência da “heterogenização” da população.

Quando é a parte intra-grupos que sobe ou cai, significa que há outros fatores mais importantes explicando a distribuição do que a característica estudada e portanto essa característica pode ser descartada como explicativa do aumento ou redução da desigualdade.

Os indicadores de desigualdade como mostrados anteriormente nas expressões (4), (5) e (6), requerem que as amostras sejam completamente aleatórias, o que não acontece com a maioria das pesquisas como a POF, que é uma pesquisa estratificada e em dois estágios.

Para lidar com esse problema devemos utilizar os índices ponderados, sendo os pesos dados pelo “expansor amostral”, no caso da POF disponibilizado junto às observações de consumo e renda.

Nesse caso a fórmula dos índices de Gini e Theil são como ilustrado abaixo:

$$Gini_w = \frac{\sum_{j=1}^n \sum_{i=1}^n [y_i - y_j] p_i p_j}{2\bar{y}_w} \quad (8)$$

$$Theil_w = \sum_{i=1}^n p_i \left(\frac{y_i}{\bar{y}_w} \right) \ln \left(\frac{y_i}{\bar{y}_w} \right) \quad (9)$$

Onde y são as observações de renda ou consumo, \bar{y}_w é a média ponderada das observações na amostra, e p_i e p_j são os pesos das observações i e j , respectivamente.

A decomposição do índice de Theil Ponderado é dada por:

$$Theil_w = \sum_{j=1}^J P_j \left(\frac{\bar{y}_w^j}{\bar{y}_w} \right) \ln \left(\frac{\bar{y}_w^j}{\bar{y}_w} \right) + \sum_{j=1}^J P_j \left(\frac{\bar{y}_w^j}{\bar{y}_w} \right) T_w^j \quad (10)$$

Onde P_j é a soma dos pesos de todas as observações no grupo j , \bar{y}_w^j é a renda ou o consumo médio ponderado do grupo j , e T_w^j é a estimativa ponderada do índice de Theil dentro do grupo j .

Na seção 4.1 a seguir, utilizaremos o índice de Desvio Relativo Médio, o coeficiente de Gini, e o Índice de Theil como medidas de desigualdade. A seção 4.2 porém, utiliza quase que exclusivamente o índice de Theil como indicador da dispersão nos recursos.

4. ANÁLISE EMPÍRICA

Este capítulo é dividido em duas seções. A primeira procura investigar a desigualdade existente na renda e no consumo total nos anos de 1987/88 e 1995/96 e em uma etapa posterior as desigualdades de renda e consumo equivalentes serão divididas segundo algumas características sócio-demográficas como a região, a idade, o sexo e o nível de instrução.

Na segunda seção a desigualdade de consumo é explorada mais profundamente, de acordo com as mesmas características, mas separado em algumas categorias de despesa como duráveis e não-duráveis, este último subdividido em gastos com a alimentação, com a saúde e a educação.

4.1. DESIGUALDADE DE RENDA VERSUS CONSUMO NO BRASIL

Os resultados obtidos com o cálculo da desigualdade de renda familiar total *per capita* para os anos de 1987/1988 e 1995/1996 são mostrados na tabela 1.

Tabela 1. Desigualdade de renda *per capita*.

	Renda <i>per capita</i>		
	87/88	95/96	Δ
Desvio	0.618	0.663	+ 0.045
Theil	0.667	0.791	+ 0.124
Gini	0.576	0.592	+ 0.016

Fonte: Elaborado com base na POF.

Primeiramente, observamos que a desigualdade de renda *per capita* subiu no período em estudo e de acordo com todos os indicadores propostos.

Ao comparar nosso resultado com pesquisas que utilizam a Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD) para averiguar a desigualdade de renda *per capita* no mesmo período, em geral encontram-se resultados distintos como por exemplo Ferreira e Litchfield (2000) e Barros, Henriques e Mendonça (2000).

A tabela 2 contém os resultados encontrados por Ferreira e Litchfield (2000) para os anos de 1988 e 1995.

Tabela 2. Desigualdade de renda *per capita* segundo a PNAD de 1988 e 1995.

	Renda <i>per capita</i>		
	1988	1995	Δ
Desvio	0.715	0.656	- 0.059
Theil	0.750	0.703	- 0.020
Gini	0.609	0.590	- 0.019

Fonte: Ferreira e Litchfield (2000), p.52.

Ao contrario do que acontece com a POF, ao utilizar a PNAD vemos que a renda é menos concentrada, e de acordo com todas as medidas utilizadas. Uma interpretação tradicional dessa queda na desigualdade de renda *per capita* no período, é o efeito positivo do Plano Real sobre a distribuição no rendimento das famílias sobretudo as mais pobres, como documentado por Rocha (2000).

Vários fatores podem ter contribuído para esta divergência entre os nossos resultados e o das pesquisas que utilizam a PNAD, como as diferenças no tamanho e na abrangência das amostras, o fato das pesquisas serem de períodos distintos ou outras discrepâncias metodológicas entre as duas pesquisas.

Harding e Greenwall (2002) também encontram divergências similares ao comparar a desigualdade de renda entre as pesquisas de rendimentos (caso da PNAD) e as pesquisas de gastos familiares (caso da POF) na Austrália.¹⁴

¹⁴ Os autores utilizam a Household Expenditure Survey (HES), o equivalente a POF, e o Surveys of Income and Housing Costs, similar a PNAD, ambas do Australian Bureau of Statistics (ABS).

Os resultados obtidos com o cálculo da desigualdade de consumo familiar total *per capita* são exibidos na tabela 3.

Tabela 3. Desigualdade de consumo *per capita*.

	Consumo <i>per capita</i>		
	87/88	95/96	Δ
Desvio	0.750	0.763	+ 0.013
Theil	0.758	0.829	+ 0.134
Gini	0.616	0.596	- 0.020

Fonte: Elaborado com base na POF.

Vemos que quanto ao consumo *per capita*, este também é mais desigual como o caso da renda na tabela 1, com exceção feita ao índice de Gini que mostra uma melhora na distribuição do consumo, possivelmente ocorrida no setor médio da população, dado as características deste índice.

Percebe-se também, que a desigualdade de consumo total *per capita* é superior a desigualdade de renda *per capita* total e em ambos os períodos.

Como demonstrado na seção 2.2, economias de escala existentes no interior das famílias podem ser aproximadas ao se ajustar à composição da família, e encontrar a variável denominada renda ou consumo equivalente.

Os resultados da desigualdade de renda e consumo com diferentes especificações da escala de equivalência são apresentados a seguir, como a “Escala Internacional” na tabela 4, segundo a qual renda e o consumo são divididos pela raiz quadrada do número de moradores.

Tabela 4. Desigualdade de renda e consumo utilizando a Escala Internacional.

	Renda			Consumo		
	87/88	95/96	Δ	87/88	95/96	Δ
Desvio	0.669	0.574	- 0.095	0.602	0.708	+ 0.106
Theil	0.702	0.648	- 0.054	0.615	0.724	+ 0.109
Gini	0.586	0.552	- 0.034	0.562	0.570	+ 0.008

Fonte: Elaborado com base na POF.

A tabela 5 abaixo contém os resultados ao se aplicar a “Escala da OCDE”, onde a renda e o consumo são ponderados de acordo com o número de adultos e crianças na família.

Tabela 5. Desigualdade de renda e consumo utilizando a Escala OCDE.

	Renda			Consumo		
	87/88	95/96	Δ	87/88	95/96	Δ
Desvio	0.662	0.616	- 0.046	0.607	0.729	+ 0.122
Theil	0.680	0.656	- 0.024	0.630	0.776	+ 0.146
Gini	0.580	0.571	- 0.009	0.563	0.579	+ 0.016

Fonte: Elaborado com base na POF.

Nota-se que ao considerar os efeitos de escala, a desigualdade de renda equivalente é inferior a de renda *per capita* em ambas as escalas exceto em 1987/88, e já a desigualdade de consumo equivalente é sempre inferior à medida *per capita*, em todo o período, em ambas as escalas e para todas as medidas de desigualdade.

Deste modo, ao se ignorar a composição de uma família no cálculo da desigualdade de consumo, é possível que os cálculos superestimem a desigualdade existente no Brasil, o mesmo sendo válido para a renda em 1995/96.

A adoção de escalas de equivalência também mostrou que a desigualdade na renda total dos indivíduos caiu no período de 1985/86 à 1995/96 em ambas as escalas, ao contrário do conceito *per capita* na tabela 1 e que desigualdade de consumo agora sobe no período em estudo para todas as medidas de dispersão dos recursos.

A partir do conceito de renda e consumo equivalente é possível concluir que ao considerar as economias de escala existente nas famílias, em geral os indivíduos não foram capazes de amortecer os padrões de consumo no período em estudo, uma vez que apesar da queda na desigualdade de renda, a desigualdade de consumo subiu em ambas as escalas e de acordo com todas os indicadores.

Esse resultado não era esperado por dois motivos. Em primeiro lugar, tal resultado é inédito na literatura sobre o tema. Em segundo, entre o biênio de 1985 e 1996 o país passou por um período de reformas no seu sistema bancário, com a liberalização e modernização do Sistema Financeiro Nacional, que teria como consequência à expansão do mercado de crédito e em tese facilitaria o acesso á mecanismos de financiamento e empréstimos pessoais.¹⁵

Também é possível observar a partir dos dados contidos nas tabelas 4 e 5, que a distribuição dos recursos se medido pela ótica da renda ou gasto equivalente total levam a avaliações contraditórias sobre a evolução do bem-estar no Brasil entre 1987/88 e 1995/96, sendo o resultado consistente com diferentes especificações de equivalência, e indicadores de desigualdade.

Outra observação interessante é a de que o nível da desigualdade no consumo equivalente total agora somente é maior que a desigualdade de renda nos anos de 1995/96, resultado da combinação de uma queda nesta primeira e um aumento na segunda, o que não aconteceu no biênio de 1987/88.

Em geral, é sabido que as características sócio-demográficas das famílias podem afetar o bem-estar, ou a riqueza material das famílias. No Brasil, tanto a composição quanto à estrutura das famílias têm mudado significativamente ao longo das últimas décadas, como o envelhecimento da população, a melhora sistemática dos indicadores de escolaridade e a maior inserção da mulher no mercado de trabalho, sendo útil portanto observar o quanto essas características respondem pelas mudanças na desigualdade de renda e consumo no período.

¹⁵ Sobre os impactos do processo de liberalização financeira no Brasil, ver Cavalcante e Neto (2001).

Com o objetivo de estreitar o foco de nossa análise na direção destes determinantes, os indicadores de desigualdade serão divididos de acordo com algumas características como a região demográfica ou o estado da federação, a idade, o sexo e o nível de instrução do chefe da família.

As famílias são separadas em três grupos segundo a idade do chefe, como os “Jovens” até 30 anos, os de “Meia-idade” de 31 a 55 anos e os “Mais velhos”, com idade superior a 55 anos.

Similarmente, as famílias também são separadas em três grupos distintos segundo o nível de instrução do chefe, como o nível de instrução “Baixo”, com o primário ou primeiro grau completo, o “Médio” com o segundo grau completo, e o “Alto”, com pelo menos uma formação superior completa.

Consideraremos a “Escala Internacional” como medida de equivalência, dada a sua disseminação na literatura internacional e o índice de Theil como medida de desigualdade, o que permite uma maior comparabilidade de nossos resultados com as pesquisas similares.

4.1.1. DESIGUALDADE DE RENDA E CONSUMO DE ACORDO COM A REGIÃO

A tabela 6 a seguir mostra a desigualdade de renda segundo os estados da federação pesquisados pela POF.

Tabela 6. Desigualdade de renda e consumo por estado da federação.

	Renda			Consumo		
	87/88	95/96	Δ	87/88	95/96	Δ
RJ	0.643	0.664	+ 0.021	0.639	0.610	- 0.029
RS	0.883	0.589	- 0.294	0.668	0.550	- 0.118
MG	0.710	0.522	- 0.188	0.557	0.910	+ 0.353
PE	0.622	0.632	+ 0.010	0.602	0.751	+ 0.149
SP	0.568	0.607	+ 0.039	0.561	0.769	+ 0.208
DF	0.753	0.674	- 0.079	0.717	0.544	- 0.173
PA	0.576	0.548	- 0.028	0.622	0.622	0.000
CE	0.613	0.576	- 0.037	0.613	0.763	+ 0.150
BA	0.667	0.707	+ 0.040	0.610	0.660	+ 0.050
PR	0.788	0.638	- 0.150	0.556	0.523	- 0.033
GO	0.975	0.714	- 0.261	0.472	0.718	+ 0.246

Fonte: Elaborado com base na POF.

Os resultados indicam que a desigualdade de renda no período analisado caiu na maioria dos estados brasileiros, com destaque para o Rio Grande do Sul com a maior queda mas subiu em outros como na Bahia e em São Paulo. A desigualdade no consumo também não mostra uma tendência clara, subindo na maioria dos estados mas caindo em outros, como o Rio de Janeiro e o Distrito Federal.

Nos anos de 1987/88, a desigualdade de renda mostrou-se superior a desigualdade de consumo exceto no estado do Pará, o mesmo não acontecendo em 1995/96 onde na maioria dos casos a desigualdade de consumo foi superior.

Usando como referência os anos de 1995/96 por exemplo, a maior desigualdade de renda é encontrada no estado de Goiás e a menor em Minas Gerais. Já a desigualdade de consumo é maior no estado de Minas Gerais e menor no estado do Paraná.¹⁶

¹⁶ Note que a elevada dispersão de renda verificada no caso do estado de Goiás pode ser interpretado com um típico caso “Kuznetiano” de desenvolvimento, em que os estágios iniciais caracterizam-se por elevados

4.1.2. DESIGUALDADE DE RENDA E CONSUMO DE ACORDO COM A IDADE

Na tabela 7, as desigualdades são separadas de acordo com a idade do chefe da família.

Tabela 7. Desigualdade de renda e consumo segundo a idade do chefe familiar.

	Renda			Consumo		
	87/88	95/96	Δ	87/88	95/96	Δ
Jovens	0.635	0.704	+ 0.069	0.662	0.634	- 0.028
Meia-Idade	0.751	0.626	- 0.125	0.609	0.700	+ 0.091
Mais Velhos	0.545	0.653	+ 0.108	0.577	0.829	+ 0.252

Fonte: Elaborado com base na POF.

A desigualdade de renda aumenta tanto para os mais velhos como para as famílias com chefes jovens. O consumo também fica mais desigual, exceto entre os chefes de famílias jovens até 30 anos, apesar do aumento na dispersão de rendimentos destas famílias.

O que esse fato sugere, é que os domicílios com chefes mais jovens encontram maior acesso ao crédito ou outros mecanismos de financiamento e com isso suavizam o seu consumo ao longo do tempo. Conseqüentemente, os chefes mais velhos e até mesmo os de meia-idade enfrentariam alguma espécie de “restrição ao crédito”.

Para os mais velhos, a desigualdade de consumo é maior que a de renda em ambos os períodos, e sobe consideravelmente no período, e em 1987/88 tanto a renda quanto o consumo é mais bem distribuído entre eles, o mesmo não acontecendo em 1995/96.

níveis de desigualdade. Curiosamente, o Estado de Minas Gerais, que é o segundo estado mais

4.1.3. DESIGUALDADE DE RENDA E CONSUMO DE ACORDO COM O SEXO

Segundo os dados da tabela 8, vemos que a desigualdade de renda caiu para ambos os sexos mas a de consumo ao contrário subiu, sendo que em 1987/88 o consumo total é mais igualmente distribuído que a renda total, para ambos os sexos, porém em 1995/96 a situação se inverte e o consumo passa a ficar mais desigual.

Tabela 8. Desigualdade de renda e consumo segundo o sexo do chefe familiar.

	Renda			Consumo		
	87/88	95/96	Δ	87/88	95/96	Δ
Masculino	0.672	0.651	- 0.021	0.611	0.718	+ 0.107
Feminino	0.824	0.636	- 0.188	0.616	0.730	+ 0.114

Fonte: Elaborado com base na POF.

Verifica-se também que tanto a renda como o consumo é ligeiramente melhor distribuído entre as famílias chefiadas por homens, exceto a renda em 95/96.¹⁷

Contudo, como mostrado na tabela 8, uma grande parte na queda da desigualdade de renda observada no período é atribuída a menor dispersão existente nos rendimentos entre os domicílios chefiados por mulheres no Brasil.

4.1.4. DESIGUALDADE DE RENDA E CONSUMO DE ACORDO A INSTRUÇÃO

A tabela 9 exhibe os resultados de acordo com o nível de instrução do chefe da família.

industrializado, possui a menor dispersão.

¹⁷ É importante lembrar, que apesar da pequena diferença na desigualdade, nada se pode afirmar em relação ao diferencial em seu nível, segundo o gênero dos chefes de família no país. Uma discussão mais aprofundada sobre a questão da desigualdade salarial por gênero no Brasil é encontrada em Araújo e Ribeiro (2001).

Tabela 9. Desigualdade de renda e consumo segundo nível de instrução do chefe familiar.

	Renda			Consumo		
	87/88	95/96	Δ	87/88	95/96	Δ
Baixo	0.643	0.648	+ 0.005	0.575	0.752	+ 0.177
Médio	0.782	0.668	- 0.114	0.633	0.718	+ 0.085
Alto	0.662	0.618	- 0.044	0.704	0.601	- 0.103

Fonte: Elaborado com base na POF.

Ao separar a distribuição de acordo com o nível educacional do chefe vemos que a desigualdade de renda subiu somente para o nível educacional baixo e já a desigualdade no consumo caiu somente para o nível de instrução alto.

Além disso, em 1987/88 a desigualdade de renda total somente é maior que a de consumo total para o nível de instrução baixo, e em 1995/96 em contraste a dispersão no consumo somente é menor que a de renda para o nível educacional considerado alto.

Como no caso dos chefes de famílias mais jovens, esses resultados parecem indicar que os domicílios com chefes mais instruídos encontram um maior acesso ao crédito e suavizam seus níveis de consumo, o mesmo não acontecendo com os menos instruídos.

4.1.5. SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os exercícios anteriores demonstraram que a desigualdade de renda equivalente separada de acordo com as características populacionais propostas piorou em quatro dos estados pesquisados pela POF (RJ, PE, SP e BA) e também entre as famílias com os chefes jovens com até 30 anos, e os mais velhos a partir de 55 anos.

Todas as demais regiões e características populacionais apresentaram maior igualdade na distribuição da renda, o que contribui para a queda no índice de Theil para a

renda equivalente total no período. Os grupos que mais contribuíram para essa queda foram os grupos de meia-idade (- 0.125), as mulheres (- 0.188) e o nível de instrução médio (- 0.114).

Quanto ao consumo equivalente este ficou mais desigual em seis dos estados brasileiros (MG, PE, SP, CE, BA e GO), entre os chefes de família de meia-idade e mais velhos, homens e mulheres, e os níveis educacional baixo e médio.

Como indicado na coluna relativa à variação temporal da desigualdade nas tabelas anteriores, a de consumo total não se mostrou mais estável do que a renda total como era esperado, sofrendo na maioria das vezes flutuações mais intensas se comparada à desigualdade nos rendimentos no mesmo período.

Os maiores aumentos na desigualdade de consumo ocorreram no estado de Minas Gerais (+ 0.353), entre os mais velhos (+ 0.252), o nível educacional baixo (+ 0.177) e entre as mulheres (+ 0.114), justamente os perfis sócio-demográficos considerados mais “vulneráveis” às variações desfavoráveis no fluxo de renda e riqueza.¹⁸

Além disso, a desigualdade de consumo mostrou-se mais independente da renda para as famílias com chefes jovens e com nível de instrução alto como reportado por Firpo (2000).

Em geral, na maioria dos casos a desigualdade de consumo total foi superior a dispersão na renda em 95/96, exceto em cinco estados e para os chefes de famílias jovens e de alto capital humano, e já em 87/88 a história era diferente pois na maioria dos casos a renda total se mostrou superior ao consumo total.

Essa constatação parece ilustrar uma espécie de “mudança estrutural” ocorrida na desigualdade de recursos entre 1987/88 e 1995/96 no Brasil, similar ao ocorrido na Hungria a partir de 1996, como documentado por Kapitany e Molnar (2002), que no caso brasileiro prejudicou em maior grau os mais velhos e os menos instruídos.

¹⁸ Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, Banco Mundial, Capítulo 5: “Ampliar os Recursos dos Pobres e Reduzir a Desigualdade”, (<http://www.worldbank.org/poverty/portuguese/wdr/cap05.pdf>).

Por último nossos resultados buscaram demonstrar que a evolução do bem-estar no período se mostrou contraditória ao utilizar o enfoque da renda ou dos gastos totais, o que por sua vez é importante para ilustrar a importância do uso deste último como uma base de dados complementar para os estudos empíricos sobre as questões distributivas no Brasil.

Como vimos, segundo Kapitany e Molnar (2002) a maior dispersão do consumo no caso da Hungria foi resultado de um aumento na desigualdade no consumo de alimentos, tabaco, álcool e itens ligados à construção civil.

E no caso do Brasil? Quais são as evidências? Se existem, e quais são as categorias de despesa responsáveis pelo aumento da desigualdade?.

4.2. DESIGUALDADE DE CONSUMO EQUIVALENTE POR CATEGORIAS DE DESPESA

A análise anterior documentou a melhora na distribuição da renda e a piora na distribuição do consumo equivalente total entre os períodos de 1997/1998 e 1995/1996, bem como a tendência da evolução das desigualdades de acordo com algumas características sócio-demográficas da população brasileira.

O objetivo desta seção é estudar mais profundamente a evolução na desigualdade de consumo no mesmo período dividindo-o segundo categorias de despesa, como bens duráveis e bens não-duráveis, esta última subdividida em gastos com alimentação, saúde e educação.

Posteriormente os resultados serão separados por grupos sócio-demográficos mutuamente exclusivos como anteriormente, porém calculando-se para cada um deles o fator intra-grupos e o componente entre-grupos, como demonstrado na seção 2.3.

A escala de equivalência continua sendo a “Escala Internacional”, e o indicador de desigualdade o índice de Theil, que possui agora a vantagem adicional da possibilidade de decomposição do índice.

As tabelas 10, 11 e 12 a seguir, exibem os resultados da desigualdade de consumo de acordo com as categorias de despesa propostas e para as três medidas de desigualdade destacadas na seção 3.3, como o índice de Desvio Médio, o índice de Theil e o coeficiente de Gini.

Tabela 10. Desigualdade de consumo por categorias de despesa de acordo com o índice de Desvio Médio.

	Consumo		
	Desvio		
	87/88	95/96	Δ
Total	0.602	0.708	+ 0.106
Duráveis	0.928	0.937	+ 0.009
Não-duráveis	0.557	0.499	- 0.058
Alimentação	0.363	0.430	+ 0.067
Saúde	1.089	0.950	- 0.139
Educação	1.277	1.795	+ 0.518

Fonte: Elaborado com base na POF.

Tabela 11. Desigualdade de consumo por categorias de despesa de acordo com o índice de Theil.

	Consumo		
	Theil		
	87/88	95/96	Δ
Total	0.615	0.724	+ 0.109
Duráveis	0.605	0.824	+ 0.219
Não-duráveis	0.567	0.504	- 0.063
Alimentação	0.334	0.365	+ 0.031
Saúde	1.009	0.892	- 0.117
Educação	0.912	1.469	+ 0.557

Fonte: Elaborado com base na POF.

Tabela 12. Desigualdade de consumo por categorias de despesa de acordo com o índice de Gini.

	Consumo		
	Gini		
	87/88	95/96	Δ
Total	0.562	0.570	+ 0.008
Duráveis	0.564	0.643	+ 0.079
Não-duráveis	0.543	0.502	- 0.041
Alimentação	0.437	0.445	+ 0.008
Saúde	0.689	0.644	- 0.045
Educação	0.689	0.815	+ 0.126

Fonte: Elaborado com base na POF.

Inicialmente vemos que a desigualdade é maior no consumo de bens-duráveis e itens ligados á saúde e educação e menor nos itens ligados ás necessidades básicas dos indivíduos, como o consumo de alimentos, e de acordo com todas as medidas.

É importante salientar contudo que tanto a desigualdade no consumo de educação como de saúde são indicadores imperfeitos da verdadeira desigualdade, uma vez que estes refletem apenas o gasto “privado” das famílias com estes serviços, e não contabilizam a oferta destes bens e serviços feitos por intermédio do “setor público” que em geral é bastante significativo, sobretudo para os menos favorecidos.¹⁹

Como decorrência desta restrição, tanto no caso da saúde quanto da educação, os nossos resultados tenderão a superestimar a verdadeira desigualdade existente no consumo.

Além disso, como comentado na seção 2, o conceito de bens duráveis não leva em conta o fluxo de consumo proporcionado por imóveis e veículos de propriedade da família, apenas o valor pago por alugueís, serviços de financiamento e manutenção dos bens, o que faz com que os resultados sobre a desigualdade nesta categoria de despesa necessitem ser analisados com cautela.

¹⁹ Neste sentido, existem indicadores criados especificamente para medir a desigualdade de educação, como o Índice de Gini Escolar com base na freqüência escolar (Thomas, Wang e Fan, 2001) e de saúde como o

O que é possível observar nas tabelas de 10, 11 e 12 é que a desigualdade no consumo de bens duráveis é bastante superior a de consumo total e sobe consideravelmente no período em estudo.

A desigualdade no consumo de bens não-duráveis é inferior a desigualdade no consumo e na renda total para todas as medidas e em todos os anos e ainda cai, o que torna a dispersão nesta categoria compatível com a mensurada através da renda.

Também se verifica que a desigualdade no consumo equivalente de bens não-duráveis sofre uma flutuação menos intensa se comparado com a desigualdade de consumo total, exceto para o índice de Gini, como mostrado na tabela 12.

A desigualdade de consumo de alimentos, como era esperado, é bastante inferior as demais categorias, porém aumenta um pouco entre 1987/88 e 1995/96.

Uma grande desigualdade é encontrada no consumo de itens ligados à saúde, como remédios, consultas médicas e planos de saúde. A desigualdade nesta categoria de despesa contudo cai substancialmente no período e para todas as medidas utilizadas.

A maior dispersão de todas as categorias propostas é encontrada no consumo bens e serviços ligados à educação, como mensalidades e material escolar e cursos regulares e esporádicos, e apesar de já ser extremamente alta a desigualdade no consumo privado destes itens subiu consideravelmente no período.

4.2.1. DESIGUALDADE DE CONSUMO EQUIVALENTE DE ACORDO COM A REGIÃO

As tabelas 13 e 14 a seguir discriminam as várias categorias de despesa segundo os estados da federação pesquisados pela POF utilizando o índice de Theil.

Índice de Concentração em Saúde (Noronha e Andrade, 2002), similar ao Gini, só que baseado em fatores multidimensionais de acesso à saúde, como a dimensão clínica, funcional e subjetiva.

Tabela 13. Desigualdade de consumo de bens duráveis e bens não-duráveis segundo os estados da federação (Theil).

	Consumo			
	Duráveis		Não-duráveis	
	87/88	95/96	87/88	95/96
RJ	0.556	0.686	0.626	0.482
RS	0.479	0.629	0.588	0.491
MG	0.588	0.549	0.422	0.414
PE	0.574	0.597	0.579	0.518
SP	0.566	0.473	0.512	0.572
DF	0.618	0.520	0.520	0.442
PA	0.509	0.518	0.505	0.481
CE	0.677	0.553	0.573	0.477
BA	0.611	0.707	0.525	0.525
PR	0.630	0.563	0.511	0.394
GO	0.674	0.499	0.436	0.471
Intra	0.597	0.560	0.563	0.480
Entre	0.002	0.263	0.004	0.024

Fonte: Elaborado com base na POF.

Tabela 14. Desigualdade de consumo nas subcategorias de despesa segundo os estados da federação (Theil).

	Consumo					
	Alimentação		Saúde		Educação	
	87/88	95/96	87/88	95/96	87/88	95/96
RJ	0.331	0.316	0.866	0.817	0.841	1.443
RS	0.336	0.274	0.980	0.673	0.873	1.213
MG	0.358	0.283	0.832	0.678	0.989	1.104
PE	0.298	0.419	0.993	1.079	1.051	1.752
SP	0.355	0.366	1.159	0.787	0.934	1.261
DF	0.336	0.368	0.932	0.796	0.921	1.257
PA	0.310	0.380	1.043	1.001	0.887	1.399
CE	0.336	0.373	1.097	0.959	1.021	1.625
BA	0.304	0.467	1.090	1.101	0.961	1.651
PR	0.308	0.260	0.918	0.623	0.831	1.167
GO	0.326	0.308	0.940	0.869	0.778	1.204
Intra	0.332	0.348	1.004	0.860	0.905	1.413
Entre	0.001	0.017	0.004	0.032	0.007	0.056

Fonte: Elaborado com base na POF.

De acordo com os dados da tabela 13 vemos que a desigualdade no consumo de bens duráveis não mostra uma tendência nítida entre os estados brasileiros, subindo bastante em alguns mas caindo em outros.

Usando os anos 1995/96 como referência a maior desigualdade no consumo de bens duráveis é encontrada no estado da Bahia, e a menor no estado de São Paulo.

A partir do conceito anteriormente exposto sobre a análise decomposicional, vemos que o componente entre-grupos desta categoria de despesa aumentou significativamente no período, indicando uma acentuada deterioração na igualdade do consumo entre os diferentes estados brasileiros.

É justamente nesta característica que se encontra uma grande parcela da explicação para o aumento da desigualdade no consumo de duráveis e conseqüentemente da desigualdade total. Ao observar os dados da tabela 13 vemos que o componente entre-grupos dos bens duráveis era responsável por aproximadamente 0.002 do índice de Theil em 1987/88 mas pula para 0.263 em 1995/96.

O índice de Theil para os bens não-duráveis caiu na maioria dos estados, exceto em Goiás e São Paulo, sendo que em 1995/96 a maior dispersão nesta categoria era encontrada no estado de São Paulo e a menor no Paraná.

De acordo com os dados da tabela 14 nota-se que a desigualdade no consumo de alimentos subiu bastante em todos os estados do Norte e Nordeste como Pernambuco, Pará, Ceará e Bahia, mas caiu em todos os demais, exceto em São Paulo e no Distrito Federal.

Contudo, essa categoria é a que possui a menor diferença entre-grupos, o que significa que existe uma pequena dispersão entre os estados brasileiros.

A desigualdade no consumo de itens ligados á saúde caiu em todos os estados, exceto na Bahia e em Pernambuco, estes porém com uma modesta alteração no período. A

partir de uma análise mais atenta da tabela 14 constata-se ainda que os gastos com saúde são mais desiguais nos estados do Norte e Nordeste.²⁰

A dispersão no consumo de itens ligados á educação subiu em todos os estados da federação, com destaque para os casos do estado do Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Bahia, estes com uma elevação substancial da desigualdade no período.

Como no caso da saúde, os gastos com educação também são mais desiguais nos estados do Norte e Nordeste, sendo a variação da dispersão entre-grupos nesta categoria somente menor que a dos bens duráveis.

Em todas as categorias de despesa segundo o estado da federação, o componente intra-grupos mostrou-se consideravelmente superior à desigualdade existente entre os grupos, exceto para os bens duráveis em 95/96, onde o componente entre os estados responde por 0.263 do total de 0.724 do índice de Theil.

Apesar de pequeno, o componente entre-grupos sobe em todas as categorias de despesa, o que mostra o maior distanciamento no consumo médio e total dos estados brasileiros .

4.2.2. DESIGUALDADE DE CONSUMO EQUIVALENTE DE ACORDO COM A IDADE

As tabelas 15 e 16 abaixo resumem os resultados de acordo com a idade do chefe familiar.

²⁰ Esse resultado é inverso ao encontrado por Noronha e Andrade (2002), ao utilizar o índice de concentração de saúde, que em geral é menos disperso nos estados do Norte e Nordeste.

Tabela 15. Desigualdade de consumo de bens duráveis e bens não-duráveis segundo a idade do chefe familiar (Theil).

	Consumo			
	Duráveis		Não-duráveis	
	87/88	95/96	87/88	95/96
Jovens	0.658	0.825	0.610	0.496
Meia-Idade	0.569	0.831	0.548	0.502
Mais Velhos	0.614	0.806	0.568	0.504
Intra	0.604	0.824	0.566	0.501
Entre	0.000	0.000	0.001	0.003

Fonte: Elaborado com base na POF.

Tabela 16. Desigualdade de consumo nas subcategorias de despesa segundo a idade do chefe familiar (Theil).

	Consumo					
	Alimentação		Saúde		Educação	
	87/88	95/96	87/88	95/96	87/88	95/96
Jovens	0.330	0.339	0.907	0.778	0.900	1.422
Meia-Idade	0.342	0.355	1.041	0.882	0.917	1.462
Mais Velhos	0.316	0.396	1.023	0.981	0.912	1.511
Intra	0.334	0.363	1.008	0.890	0.912	1.468
Entre	0.000	0.002	0.001	0.002	0.000	0.000

Fonte: Elaborado com base na POF.

É possível notar que tanto a desigualdade no consumo de não-duráveis como de itens ligados à saúde caem em todas as faixas de idade e já a desigualdade no consumo de bens duráveis, alimentos e educação sobem para todas.

Usando os anos 1995/96 como referência a desigualdade tende a ser maior entre os mais velhos em todos os itens de despesa, e em 1987/88 por outro lado, esta tendência não é tão clara, pois nestes anos somente o consumo de bens ligados à saúde e a educação são mais desiguais entre os mais velhos.

No tocante á análise decomposicional vemos que o fator intra-grupos subiu para os bens duráveis, alimentos e educação. O componente entre-grupos é insignificante para todas as categorias e não sofre variação durante o período.

4.2.3. DESIGUALDADE DE CONSUMO EQUIVALENTE DE ACORDO COM O SEXO

A seguir a desigualdade é calculada de acordo com o sexo do chefe familiar.

Tabela 17. Desigualdade de consumo de bens duráveis e bens não-duráveis segundo o sexo do chefe familiar (Theil).

	Consumo			
	Duráveis		Não-duráveis	
	87/88	95/96	87/88	95/96
Masculino	0.607	0.819	0.573	0.497
Feminino	0.570	0.839	0.550	0.514
Intra	0.599	0.824	0.567	0.502
Entre	0.000	0.000	0.000	0.002

Fonte: Elaborado com base na POF.

Tabela 18. Desigualdade de consumo nas subcategorias de despesa segundo o sexo do chefe familiar (Theil).

	Consumo					
	Alimentação		Saúde		Educação	
	87/88	95/96	87/88	95/96	87/88	95/96
Masculino	0.331	0.356	1.002	0.852	0.928	1.509
Feminino	0.343	0.381	1.016	0.966	0.861	1.354
Intra	0.334	0.363	1.006	0.886	0.912	1.469
Entre	0.000	0.002	0.002	0.005	0.000	0.000

Fonte: Elaborado com base na POF.

A desigualdade no consumo de não-duráveis e itens ligados á saúde cai para ambos os sexos e a desigualdade no consumo de bens-duráveis, alimentos e educação ao contrário sobe.

Vemos também que em todos os itens a desigualdade existente entre as famílias chefiadas por mulheres é maior para todas as categorias de despesa, exceto educação e não-duráveis em 87/88.

A constatação desta uma menor dispersão nos gastos com educação entre as mulheres, como mostrado na tabela 18, pode ser resultado do rápido processo de equiparação da escolaridade entre gêneros no Brasil, sendo que a partir do ano de 1987 os indicadores de escolarização são sempre mais satisfatórios entre as mulheres.

O componente intra-grupos eleva-se para os bens duráveis, alimentos e educação, e o fator entre-grupos é muito baixo e não sofre variação durante o período, exceto para os gastos com saúde.²¹

4.2.4. DESIGUALDADE DE CONSUMO EQUIVALENTE DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO

Por último, nas tabelas 19 e 20, a desigualdade de consumo é separada de acordo com o nível de instrução do chefe familiar.

²¹ Uma possível explicação para este fato, é que as mulheres em geral utilizam mais os serviços de saúde que os homens, e portanto gastam mais com esta categoria de despesa, com explicado por Travassos et al. (1999).

Tabela 19. Desigualdade de consumo de bens duráveis e bens não-duráveis segundo o nível de instrução do chefe familiar (Theil).

	Consumo			
	Duráveis		Não-duráveis	
	87/88	95/96	87/88	95/96
Baixo	0.610	0.837	0.553	0.494
Médio	0.600	0.782	0.596	0.565
Alto	0.601	0.821	0.537	0.465
Intra	0.603	0.824	0.566	0.504
Entre	0.001	0.000	0.001	0.000

Fonte: Elaborado com base na POF.

Tabela 20. Desigualdade de consumo nas subcategorias de despesa segundo o nível de instrução do chefe familiar (Theil).

	Consumo					
	Alimentação		Saúde		Educação	
	87/88	95/96	87/88	95/96	87/88	95/96
Baixo	0.340	0.361	1.006	0.837	0.887	1.421
Médio	0.314	0.379	1.020	0.927	0.857	1.481
Alto	0.354	0.366	0.987	1.030	1.101	1.592
Intra	0.333	0.365	1.009	0.889	0.909	1.463
Entre	0.001	0.000	0.000	0.002	0.003	0.006

Fonte: Elaborado com base na POF.

A partir desta tabela, é fácil verificar que a desigualdade no consumo de duráveis sobe e a de não-duráveis caiu para todos os níveis de instrução. Os gastos com saúde também são menos desiguais exceto no caso do nível de instrução alto.²²

A desigualdade no interior dos grupos sobe para os bens duráveis, alimentos e educação, e o componente entre-grupos é insignificante para todas as categorias e também não sofre variação, exceto para a categoria gastos com educação, que apesar de pequeno dobra no período em estudo.

²² Esse resultado também é contraditório à pesquisa de Noronha e Andrade (2002), que encontram uma menor concentração de saúde nos grupos educacionais mais elevados.

4.2.5. SÍNTESE DOS RESULTADOS

Com os resultados apresentados na seção anterior, conclui-se que o aumento na desigualdade de consumo equivalente total é explicado em grande parte pelo aumento na dispersão do consumo de bens duráveis no período.

A desigualdade no consumo de não-duráveis ao contrário caiu, apesar da maior dispersão no consumo de alimentos e educação, mas não com intensidade suficiente para compensar o efeito dos bens duráveis.

Ao considerar a hipótese de incluir os gastos com a educação na categoria de bens duráveis, o que seria razoável, uma vez que aqueles gastos não estão ligados às necessidades básicas de sobrevivência dos indivíduos, o efeito dos bens duráveis seria quase triplicado.

A tabela 21 contém o resumo da variação total na desigualdade segundo as categorias de despesa considerando as características populacionais correspondentes, e seus componentes intra-grupos e entre-grupos.

Tabela 21. Variação dos componentes intra e entre-grupos para a desigualdade de consumo entre 87/88 e 95/96 (Theil).

		Duráveis	Não-duráveis	Alimentação	Saúde	Educação
Total		+ 0,219	- 0,063	+ 0,031	- 0,117	+ 0,557
Estado	Intra	- 0,037	- 0,083	+ 0,016	- 0,144	+ 0,508
	Entre	+ 0,261	+ 0,020	+ 0,016	+ 0,028	+ 0,049
Idade	Intra	+ 0,220	- 0,065	+ 0,029	- 0,118	+ 0,556
	Entre	0	+ 0,002	+ 0,002	+ 0,001	0
Sexo	Intra	+ 0,225	- 0,065	+ 0,029	- 0,120	+ 0,557
	Entre	0	+ 0,002	+ 0,002	+ 0,003	0
Instrução	Intra	+ 0,221	- 0,062	+ 0,032	- 0,120	+ 0,554
	Entre	- 0,001	- 0,001	- 0,001	+ 0,002	+ 0,003

Fonte: Elaborado a partir dos resultados contidos nas tabelas 13 até 20.

A partir da primeira linha dos dados contidos na tabela 21 é verifica-se que uma das categorias que certamente contribuiu para a queda na desigualdade de consumo de não-duráveis foi o gasto privado com itens ligados á saúde já que a dispersão nas demais categorias analisadas, como educação (+ 0,557) e alimentos (+ 0,031) são maiores no período.

Estas categorias de despesa contudo não esgotam o universo de bens não-duráveis, pois a POF contém outros grupos de despesa como o lazer, a higiene e a limpeza, que também podem ter contribuído para a queda verificada na desigualdade de consumo, mas que infelizmente não são explicitamente desagregadas em nossa pesquisa.

Vemos também que tanto o aumento da desigualdade no consumo de alimentos quanto dos itens ligados á educação, deveu-se ao aumento na dispersão do consumo no interior dos grupos socioeconômicos e em menor grau da elevação da heterogeneidade entre os estados da federação. Já a queda na desigualdade do consumo de itens ligados á saúde é totalmente explicada pela redução na dispersão existente no interior dos grupos.

O nível de instrução do chefe familiar, assim como o sexo e a idade explicam pouco o aumento da desigualdade de consumo no período, ao contrário do que encontraram Langoni e Fishlow respectivamente para o caso da renda. Isso também é o mesmo que dizer que o relativo envelhecimento da população, ou a entrada da mulher no mercado de trabalho pouco respondem pelo aumento da desigualdade de consumo.

A única característica que apresentou aumento significativo na desigualdade entre os grupos de acordo com todas as categorias de despesa foi à decomposição por estados da federação, principalmente no que diz respeito aos bens duráveis e os bens ligados á educação.

No caso dos bens duráveis por exemplo, em 1995/96 a diferença entre o consumo médio entre os estados explicava aproximadamente 32% da desigualdade nesta categoria de despesa, enquanto em 1987/88 essa mesma diferença explicava apenas 0,4% da desigualdade de consumo segundo o índice de Theil.

5. CONCLUSÃO

Nas seções anteriores foi possível constatar que as desigualdades de renda e de consumo equivalentes totais apresentaram resultados contraditórios com respeito à evolução do bem-estar nos biênios de 1987/1988 e 1995/1996.

A desigualdade de renda equivalente total medida pelo Índice de Theil caiu de 0.702 no biênio de 1987/1988 para 0.648 em 1995/1996, sendo que os mais favorecidos por essa queda foram os domicílios com chefes residentes no estado do Rio Grande do Sul, de meia-idade, do sexo feminino e com nível de instrução médio.

Quanto à dispersão no consumo total, este subiu de 0.615 para 0.724, onde o estado de Minas Gerais, os mais velhos, o nível educacional baixo e as mulheres foram os grupos populacionais mais prejudicados, justamente os perfis sócio-demográficos considerados mais “vulneráveis”.

No caso dos gastos totais, este também se mostrou mais independente da renda para os chefes de família jovens e de alto capital humano como detectado por Firpo (2000) para o caso de bens não-duráveis.

Nossos resultados também mostraram uma espécie de “mudança estrutural” no período, já que em 1987/88 a desigualdade no consumo total mostrou-se inferior a desigualdade existente na renda, o mesmo não acontecendo em 1995/96, sendo este resultado robusto a ambas as especificações das escalas de equivalência.

Quanto à adoção das escalas de equivalência, estas levaram a uma menor dispersão no consumo do que conceito *per capita* para todas as medidas, o que parece indicar a importância de considerar as economias de escala existentes nos domicílios de modo a não superestimar a desigualdade existente entre os indivíduos.

Como demonstrado na seção 4.2, a principal explicação para a maior desigualdade existente no consumo total se encontra na dispersão do gasto com os bens-duráveis sendo a origem geográfica da família a característica que mais contribui para este

aumento (+ 0.261) , o que indica uma forte deterioração na igualdade do consumo de bens duráveis entre os estados brasileiros.

Como ressaltado anteriormente, esse resultado deve ser interpretado com alguma cautela, devido aos problemas já citados, relativos á mensuração do consumo nesta categoria de despesa.

Contudo, ao ignorar o nível da dispersão no consumo de bens duráveis e concentrar-se somente na sua variação, a aproximação fornecida pelas observações disponíveis pode ser relevante já que a posse ou o consumo de ativos como os bens duráveis ou de capital são essenciais para enfrentar os choques adversos, e reduzir assim a vulnerabilidade das famílias.²³

Além deste efeito para os bens duráveis, a localização geográfica também foi a responsável pelo aumento na desigualdade entre-grupos em todas as categorias de despesa.

As demais características como a idade, o sexo e o nível de instrução do chefe de família pouco contribuíram para o aumento na desigualdade de consumo equivalente.

Por último, a dispersão no consumo de não-duráveis mostrou-se mais estável do que a de consumo total, sendo o resultado do consumo nesta categoria de despesa compatível com as pesquisas que utilizam a renda para acessar a desigualdade entre os indivíduos no Brasil no mesmo período.

Diante do exposto, cabe então argumentar que a variável renda se constitui em uma *proxy* adequada para acessar o bem-estar das famílias no que corresponde ao seu consumo de bens não duráveis, mas que pode esconder algumas questões não menos importantes como a formação de “capital físico” e “capital humano” por parte dos indivíduos na sociedade.

²³ Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, Banco Mundial, Capítulo 5: "Ampliar os Recursos dos Pobres e Reduzir a Desigualdade", (<http://www.worldbank.org/poverty/portuguese/wdr/cap05.pdf>).

Ligados com este contexto estão as questões freqüentemente colocadas por organismos internacionais como o Banco Mundial, para o qual o aumento na desigualdade de bens duráveis pode significar um “caminho sem volta”, na medida que afetam a capacidade das famílias de resistirem ou ainda escaparem da situação adversa em que eventualmente possam se encontrar.

Portanto, de forma a evitar que os “choques adversos” coloquem as famílias em situações de “vulnerabilidade”, nos termos adotados pelo organismo supracitado, faz-se mister a elaboração de políticas que visem amortecer as flutuações abruptas do consumo e do bem-estar das famílias.

Com estes resultados em mãos e com a cautela que lhe é devida, é legítimo afirmar que a ação por parte dos formuladores de políticas públicas com a missão de reverter o aumento na desigualdade de consumo total entre 1987/88 e 1996/96 deve considerar os seguintes elementos:

- Atenuar os desníveis regionais de consumo no Brasil em todas as categorias de despesa, como bens-duráveis e não-duráveis, alimentação, saúde e educação.
- Levar em conta a maior dispersão existente no acesso aos bens duráveis, especialmente nos estados e regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste do país.
- Diminuir a desigualdade no acesso aos bens ligados á saúde de forma global e sem grupos específicos, e em especial a educação, já que a dispersão nesta ultima categoria de despesa aumentou no interior de todos os grupos populacionais.
- Incentivar uma maior oferta de crédito, ou “micro-crédito”, ou ainda outros mecanismos de financiamentos pessoais, sobretudo para as famílias chefiadas por mulheres, e pelos mais velhos e os menos instruídos.

Apesar da alegada superioridade do consumo como medida de bem-estar evidenciada pela literatura das chamadas “Novas Teorias do Desenvolvimento Econômico” sabe-se que este ainda é imperfeito, pois em um Mundo de incertezas onde se

enfrentam riscos sem o conhecimento pleno da trajetória de consumo futura, das necessidades individuais e das taxas de juros, a mensuração da desigualdade a partir do consumo se torna mais complicada, frustrada pelo fato de as pessoas enfrentarem diferentes riscos e também apresentarem comportamentos diferentes no que diz respeito às decisões de consumo e de poupança. (Sabelhaus e Schneider, 1995)

Além disso a distribuição de recursos segundo os gastos também não consideram o consumo de bens e serviços públicos, que em geral são importantes para os mais pobres.

Porém como comentado na seção 2, o uso do consumo das famílias como uma base de dados complementar ou ainda alternativa para mensurar a desigualdade existente entre os indivíduos apresenta algumas propriedades que não podem ser ignoradas pelos pesquisadores, principalmente em países com um mercado de trabalho com características peculiares como é o caso brasileiro.

Não restam dúvidas de que para difundir de uma forma definitiva o conceito de desigualdade de consumo no Brasil, é necessário em primeiro lugar repensar a frequência e a periodicidade das pesquisas sobre orçamentos e gastos das famílias, que por sua vez apresentam um custo elevado para os padrões nacionais e superior às demais pesquisas domiciliares como a PNAD e a PME.

Como consequência, é difícil acreditar que este conceito possa ameaçar, pelo menos no médio prazo, a posição dominante da renda nas pesquisas empíricas sobre a dispersão de recursos no Brasil, como têm acontecido em alguns países desenvolvidos, como a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos.

Por fim, ao comparar nossos resultados com algumas pesquisas existentes sobre a desigualdade de consumo no Mundo, conforme mostrado no quadro 3, uma triste constatação é a de que o nosso país possuía em 1996 a distribuição mais desigual, como foi amplamente divulgado para o caso da renda.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, I. (2001), “A Comparação Internacional de Indicadores de Financiamento e Gasto com Educação”, In: Financiamento da Educação no Brasil, Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília, v. 18, n. 74, p. 1-164, dez. 2001/ Organizado por Jorge Abrahão de Castro, (<http://www.inep.gov.br/cibec>). Acessado em 01/2003.
- Araújo, V., Ribeiro, E. (2001), “Diferenciais de Salários Por Gêneros no Brasil: Uma Análise Regional”, Textos para Discussão n. 2001/11, Programa de Pós-graduação em Economia/UFRGS, (http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/pdf/epr/veronica_ribeiro1.pdf). Acessado em 01/2003.
- Asra, A. (2000), “Poverty and Inequality in Indonesia, Estimates, Decomposition and Key Issues”, Journal of the Asia Pacific Economy 5/2000, (http://www.adb.org/Documents/EDRC/Staff_Papers/Asra02.pdf). Acessado em 01/2003.
- Barret G., Crossley, T., C. Worswick (1999), “Consumption and Income Inequality in Australia”, Australian National University, Technical Report Discussion Paper n. 404, (<http://eprints.anu.edu.au/archive/00001090/00/DP404.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Barros, R. e Mendonça, R. (1995), “A Evolução do Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade no Brasil ao Longo das Últimas Três Décadas - 1960/90”, Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 25, n.1, abril 1995.
- Barros, R., Henriques, R., Mendonça, R. (2000), “A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil”. In: Desigualdade e Pobreza no Brasil / Organizado por Ricardo Henriques. – Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- Blacklow P., Ray R. (1999), “A comparison of Income and Expenditure Inequality Estimates: The Australian Evidence, 1975/76 to 1993/1994”, Department of Economics from Tasmania, 1999-05, (http://www.utas.edu.au/economics/Library/discussion_papers/papers_99/1999-05.PDF). Acessado em 01/2003.
- Bonelli, R., Sedlacek, G. (1991), “A Evolução da Distribuição de Renda entre 1983 e 1988”. In: Distribuição de Renda no Brasil / Organizado por José Marcio Camargo e Fabio Giambiagi, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.
- Bouattour, S., Jallouli, K. (2001), “Inequality of Expenses: Tunisian Case”, ERF Working Paper Series n. 200118, (http://www.erf.org.eg/html/Zouari_Jalouli.pdf). Acessado em 01/2003.
- Cavalcante, L., Neto, P. (2001), “O Impacto da Entrada dos Bancos Estrangeiros na Oferta de Crédito dos Bancos Privados Nacionais”. VII Encontro Regional de Economia do Nordeste, (www.bnb.gov.br/projforumeconomia/docs). Acessado em 01/2003.

- Cheong, K. S. (1999), "Economic Crisis and Income inequality in Korea", Working Paper n. 99-6R, University of Hawaii, (<http://www2.soc.hawaii.edu/econ/workingpapers/996.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Cowell, F. (1999), "Measurement of Inequality". In: Handbook of Income Distribution Organized by Atkinson, A.B. and F. Bourguignon (eds), North Holland, Amsterdam, (http://darp.lse.ac.uk/subjective/cowell_2000.pdf). Acessado em 01/2003.
- Crossley, T., Pendakur, K. (2002), "Consumption Inequality", McMaster University, Working Paper n. 2002-09, (<http://www.socsci.mcmaster.ca/econ/rsrch/papers/archive/2002-09.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Cutler, D., Katz, L. (1992), "Rising Inequality? Changes in The Distribution of Income and Consumption in The 1980's" Working Paper n. 3964, NBER, (<http://www.nber.org/papers/w3964.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Ferreira, F. (2000), "Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional?". In: Desigualdade e Pobreza no Brasil / Organizado por Ricardo Henriques. – Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- Ferreira, F., Litchfield, J. (2000), "Desigualdade, Pobreza e Bem-Estar Social no Brasil - 1981/95". In: Desigualdade e Pobreza no Brasil / Organizado por Ricardo Henriques. – Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- Firpo, S. (2000), "A Evolução das Desigualdades de Renda e de Consumo ao Longo do Ciclo de Vida", Pesquisa e Planejamento Econômico, v.30, n. 1, abril de 2000.
- Fishlow, A., (1978), "A Distribuição de Renda no Brasil". In: A Controvérsia Sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento / Organizado por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
- Friedman, M. (1957), "A Theory of the Consumption Function", Princeton, N.J.: Princeton University Press.
- Furtado, C. (1968), "Um projeto para o Brasil", Rio de Janeiro, Editora Saga.
- Garner, T. (1995), "Changing Welfare in a Changing World? Income and Expenditure Inequalities in the Czech and Slovak Republics", Bureau of Labor Statistics Working Papers n. 275, (<http://www.bls.gov/ore/pdf/ec960090.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Garner, T., Ruiz Castillo, J., Sastres, M. (2002), "The Influence of Demographics and Household Specific Price Indices on Consumption Based Inequality and Welfare: A comparison of Spain and the United States", Bureau of Labor Statistics Working Papers n. 357, (<http://www.bls.gov/ore/pdf/ec020060.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Harding, A., Greenwall, H. (2002), "Trends in Income and Consumption Inequality in Australia", Natsen Discussion Papers n. 57, (<http://www.natsem.canberra.edu.au/pubs/dps/dp57/dp57.pdf>). Acessado em 01/2003.

- Hoffmann, R., Duarte, J. C. (1972), "A Distribuição da Renda no Brasil", Revista de Administração de Empresas, São Paulo, 12(2):46-66, junho de 1972.
- Hoffmann, R. (1988), "A Subdeclaração dos Rendimentos", São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 2(1) : 50-54, jan./mar. 1988.
- Hoffmann, R. (1989), "Evolução da Distribuição da Renda no Brasil, Entre Pessoas e Entre Famílias, 1979 – 1986". In: Sedlacek, G. L., Barros, R.P. (eds.) Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda: Uma Coletânea. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1989.
- Hoffmann, R. (2001), "Distribuição de Renda e Crescimento Econômico", Estudos Avançados 15(41); 67-76, jan/abril 2001.
- Johnson, D., Shipp, S. (1997), "Trends in Inequality Using Consumer Expenditures: 1960 to 1993", Bureau of Labor Statistics Working Papers n. 312, (<http://www.bls.gov/ore/pdf/st950100.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Jovanovic, B. (2000), "Russian Roulette, Expenditure Inequality and Instability in Russia, 1994-1998", William Davidson Institute Working Papers n. 358, (<http://eres.bus.umich.edu/docs/workpap-dav/wp358.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Kapitany, Z, Molnar, G. (2002), "Inequality and Mobility Analysis by The Hungarian Rotation Panel", Institute of Economics of the Hungarian Academy of Sciences, Discussion Paper n. 2002/4 (<http://econ.core.hu/hirek/dp/mtdp0204.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Krueger, D., Perri, F. (2001), "Does Income Inequality Lead to Consumption Inequality? Empirical Findings and a Theoretical Explanation", NBER Working Paper n. w9202, (<http://papers.nber.org/papers/w9202.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Langoni, C. (1973), "Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil", Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura.
- McGregor, P., Borooh, V. (1992), "The Measurement and Decomposition of Poverty: An Analysis Based on the 1985 Family Expenditure Survey for Northern Ireland", The Manchester School of Economic & Social Studies, 1991, vol. 59, issue 4.
- Meyer, B., Sullivan, J. (2002), "Measuring the Well-Being of the Poor Using Income and Consumption", artigo preparado para a Conferencia em Volatilidade de Renda e suas Implicações para a Assistência Alimentar, Washington, D.C. (<http://www.colorado.edu/Economics/seminars/meyer.pdf>). Acessado em 01/2003.
- Neri, M., Considera, C., Pinto, A. (1999), "A evolução da Pobreza e da Desigualdade Brasileiras ao Longo da Década de 90", Economia Aplicada, vol. 3, n.3. 1999.
- Noronha, K., Andrade, M. (2002), "Desigualdades Sociais em Saúde: Evidências Empíricas Sobre o Caso Brasileiro", Texto para Discussão n. 171, junho de 2002, Cedeplar (UFMG), (<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20171.pdf>). Acessado em 01/2003.

O'Neill, D., Sweetman, O. (1999), "Poverty and Inequality in Ireland 1978-1994: A Comparison Using Measures of Income and Consumption", NUI Maynooth University, Working Paper n. N86/03/99, (<http://www.may.ie/academic/economics/pdf/N860399.pdf>). Acessado em 01/2003.

Pendakur, K. (1998), "Consumption Poverty in Canadá 1969 to 1998", Canadian Public Policy, June 2001, (<http://www.sfu.ca/~pendakur/poverty.pdf>). Acessado em 01/2003.

Ramos, L., Reis, J. (1991), "Distribuição da Renda: Aspectos Teóricos e o Debate no Brasil". In: Distribuição de Renda no Brasil / Organizado por José Marcio Camargo e Fabio Giambiagi, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, Banco Mundial, Capítulo 5, "Ampliar os Recursos dos Pobres e Reduzir a Desigualdade", (<http://www.worldbank.org/poverty/portuguese/wdr/cap05.pdf>). Acessado em 01/2003.

Rocha, S. (2000), "Pobreza e Desigualdade no Brasil: o Esgotamento dos Efeitos Distributivos do Plano Real", Texto para Discussão n. 721, IPEA, (http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0721.pdf). Acessado em 01/2003.

Sabelhaus, J., Schneider, U. (1997), "Measuring The Distribution of Well-Being: Why Income and Consumption Give Different Answers", Hannover University Discussion Paper n. 201, (www.wiwi.uni-hannover.de/2Fbw/wiwi/2Fforschung/2Fdiskussionspapiere/2Fdp-201.pdf). Acessado em 01/2003.

Sieraminska, E., Garner, T. (2002), "A Comparison of Income, Expenditures, and Home Market Value Distributions Using Luxembourg Income Study Data From The 1990's", artigo preparado para a 27ª Conferência da Associação Internacional de Pesquisas sobre Renda e Riqueza, Estocolmo, Suécia, (www.econ.nyu.edu/iariw). Acessado em 01/2003.

Slesnick, D. (1994), "Consumption, Needs and Inequality", International Economic Review, vol. 35, issue 3, 1994.

Slesnick, D. (1996), "Consumption and Poverty: How Effective Are In-Kind Transfers?" Economic Journal, vol. 106, issue 439, 1996.

Thomas, V., Wang, Y., Fan, X. (2001), "Measuring Education Inequality: Gini Coefficients of Education", World Bank Working Papers n. 2525, (http://econ.worldbank.org/files/1341_wps2525.pdf). Acessado em 01/2003.

Travassos, C., Viacava, F., Pinheiro, R., Brito, R. (1999), "Utilização dos Serviços de Saúde no Brasil: Gênero, Características Familiares e Condição Social", Concurso Regional de Investigación sobre Género y Equidad en el Acceso la Atención de la Salud en las Reformas de los Sistemas de Salud y Seguridad Social, 1999, (<http://www.paho.org/Spanish/HDP/HDW/GenderandServices.pdf>). Acessado em 01/2003.

Wang, H. (1995), "Income and Expenditure Inequality of Elderly Households: An analysis Using The Gini Coefficient", Journal of The Family Economics and Resource Management Division, 1995 Issue of FERM Biennial, (<http://www.hec.ohio-state.edu/hanna/ferm/wang.pdf>). Acessado em 01/2003.